



RELATÓRIO & CONTAS 2018



ÍNDICE

A A EMPRESA	3
01 MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
02 A EMPRESA - DESTAQUES	7
A Empresa	8
Missão	9
Visão	9
Valores	9
Acionistas	10
Sumário Executivo	12
Síntese dos Principais Indicadores - Económicos e Financeiros	13
03 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	15
Organograma	16
Síntese da Estrutura Organizacional	17
B RELATÓRIO DE GESTÃO	18
04 ENVOLVENTE	19
Enquadramento Macroeconómico	20
Enquadramento do Setor	23
Regulação	28
05 GOVERNO SOCIETÁRIO	33
Órgãos Sociais e Comissões	34
Mesa de Assembleia Geral	34
Conselho de Administração	34
Revisor Oficial de Contas (ROC)/Fiscal Único	46
Comissão de Vencimentos	46

06 ATIVIDADE	47
Cadeia de Valor	48
Atividade Operacional	49
Recolha e Tratamento de Resíduos Indiferenciados de Utilizadores Municipais	49
Recolha Seletiva	51
Retomas e Vendas	52
Produção de Energia	53
Recursos Humanos	54
Políticas de RH	54
Caracterização de RH	57
Formação	57
Comunicação e Educação Ambiental	59
07 DESEMPENHO FINANCEIRO	62
Volume de Negócios	63
Gastos Operacionais	64
EBITDA	65
Resultados	65
Investimento	66
Financiamentos e Endividamento Líquido	66
08 PERSPETIVAS PARA 2019	67
09 FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	69
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
Situação Perante a Segurança Social e o Estado	72
Sucursais da Sociedade	72
Agradecimentos	72
11 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	73
12 ANEXO AO RELATÓRIO	74

I A EMPRESA

A



MENSAGEM DO PRESIDENTE

01



MENSAGEM DO PRESIDENTE



Luis Masiello Ruiz | *Presidente do Conselho de Administração*

Em 2018 iniciou-se de um novo ciclo na Resiestrela, com a concretização de vários investimentos financiados pelo POSEUR, permitindo dotar esta empresa dos equipamentos necessários para um melhor futuro ao serviço dos municípios e munícipes.

Estes investimentos, concretizados durante o ano de 2018, serão essenciais para o futuro da Resiestrela, aumentando-se significativamente o número de ecopontos e de viaturas associadas à recolha seletiva (ecopontos e porta-a-porta). Outro investimento também bastante importante para o cumprimento das metas europeias, foi a construção de um novo Parque de Maturação de Resíduos Orgânicos, aumentando-se assim a capacidade de processamento e diminuindo o envio de resíduos para Aterro.

Assim, e apesar de algum atraso na aprovação das candidaturas do POSEUR por parte do estado, é agora possível implementar as ações previstas no PAPERSU da Resiestrela e que permitirão cumprir as metas definidas pelo PERSU 2020. Igualmente, o anúncio do ajustamento das metas de 2020 para 2022, permitirá que o Plano de Ação desta empresa seja devidamente implementado, sem necessidade de um esforço suplementar de investimento.

Alinhado com estes novos investimentos, efetuou-se uma reestruturação operacional da empresa, destacando com grande satisfação a contratações de mais colaboradores para a área de produção, tornando a Resiestrela num dos principais empregadores

da região e uma peça no desenvolvimento do interior do país. Esta reestruturação permitiu também melhorar os processos operacionais e tornar a empresa mais eficiente, preparando-a para as novas metas pós 2020.

Finalmente, 2018 foi marcado pelo esforço efetuado na preparação de um novo ciclo regulatório, o qual abrangerá o período 2019-2021. A **RESIESTRELA** manterá o seu foco no sentido do cumprimento das suas obrigações de serviço público, em particular no desenvolvimento de ações associadas ao incentivo da recolha seletiva, indicadores de qualidade de serviço e satisfação dos seus clientes e *stakeholders*.

Para o futuro, saliento os novos desafios que serão colocados a esta empresa, com a apresentação das novas metas ambientais pós 2020, considerando que a Resiestrela saberá sem dúvida, responder aos mesmos de forma adequada. Assim, com confiança no futuro, deixo igualmente um agradecimento especial a todos os colaboradores da Resiestrela, sem os quais não teria sido possível ultrapassar todos estes desafios, certo que com o crescente do empenho e profissionalismo de todos, seremos mais fortes e capazes de enfrentar estes novos desafios.

| A EMPRESA | - DESTAQUES

02



A EMPRESA

A Resiestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (a seguir designada por **RESIESTRELA**), foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 128/2008, de 21 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2014, de 2 de julho, tendo-lhe sido atribuído o exclusivo da gestão e exploração do sistema de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira criado pelo Decreto-Lei n.º 319-A/2001, de 10 de dezembro, também alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2014, de 2 de julho.

Esta empresa abrange os Municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso.



A área geográfica da **RESIESTRELA** é de 6.132 Km² e, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, abrange uma população residente de 186.836 habitantes.

MISSÃO

A **RESIESTRELA** tem como missão gerir o Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Cova da Beira, adotando soluções adequadas de tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região e do país e para a maximização do bem-estar humano, através da criação de valor e respeitando sempre as exigências legais instituídas para a sua área de atividade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Assegurar a capacidade de tratamento de resíduos sólidos urbanos da área geográfica do Sistema Multimunicipal da Cova da Beira e promover a sua deposição e valorização;
- Cumprir as metas de valorização de resíduos urbanos, em linha com as disposições legais e comunitárias aplicáveis;
- Disponibilizar um serviço público regular, com um nível adequado a um custo socialmente aceitável, como reflexo de uma gestão eficaz e eficiente;
- Assegurar a sustentabilidade técnica e financeira das operações;
- Promover as sinergias entre a atividade em baixa (recolhas seletiva e indiferenciada) e em alta (tratamento e valorização), de modo a minimizar os custos envolvidos;
- Promover a adoção das melhores práticas do setor ao nível da qualidade, gestão ambiental, higiene, saúde e segurança no local de trabalho, responsabilidade social e governo empresarial;
- Promover a adoção das tecnologias ambientalmente mais adequadas;
- Desenvolver o potencial de valorização energética dos resíduos nas suas diferentes formas e outras energias renováveis, acessórias da atividade principal da empresa;
- Contribuir para a investigação e o desenvolvimento do setor da gestão de resíduos sólidos urbanos, através da cooperação com os meios académico e empresarial.

VISÃO

Valorizar a qualidade de vida das pessoas, assegurando que os resíduos produzidos são utilizados como recursos ou encaminhados para o destino mais adequado, o que permitirá, num futuro que estamos a construir, garantir uma melhoria da qualidade de vida para as populações vindouras.

VALORES

A **RESIESTRELA** assume vários princípios, por forma a assegurar as orientações fundamentais da política de gestão de resíduos, assumindo uma linha de conduta que permita promover um melhor serviço, com recursos cada vez mais otimizados, sem nunca descuidar, contudo, o desejado equilíbrio e sustentabilidade económica e financeira do sistema.

- **Ambição** - Ser uma empresa de excelência, que procura mais e melhor, procurando alargar novos horizontes de atuação, com ousadia e confiança nas competências que contribuam para o crescimento da empresa.
- **Integridade** - Comportamento coletivo enquanto organização empresarial, promotor dos princípios de honestidade, verdade, lealdade, retidão e justiça, na conduta diária de todos.

- **Inovação** - Ser um farol de inovação, atuando na vanguarda tecnológica e de gestão.
- **Coesão** - Sentido de compromisso na concretização dos objetivos comuns, com sentido de lealdade institucional e perseverança coletiva nos desafios da organização.
- **Espírito de Grupo** - Consolidação do sentido de pertença e integração, na promoção de consensos e com respeito pelas diferenças.

ACIONISTAS

A **RESIESTRELA** tem um capital social no montante de quatro milhões de euros, detendo a EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., como acionista maioritário, 62,95% do mesmo. O restante capital foi subscrito pelos Municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Penamacor, Pinhel, Sabugal, Trancoso e pela Associação de Municípios da Cova da Beira.

Até ao final de 2018 encontrava-se realizado 3 960 497,16 euros, estando em falta 51,75 % do capital subscrito pelo Município de Celorico da Beira (39 502,84 euros).

O quadro seguinte identifica os acionistas da RESIESTRELA, o número de ações subscritas e o capital subscrito e realizado por cada acionista:

TABELA 1- ESTRUTURA ACIONISTA DA EMPRESA A 31.12.2018

ACIONISTAS	N.º DE AÇÕES	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO €	%	CAPITAL SOCIAL REALIZADO €
C. M. Almeida	14.775	73.875,00 €	1,85%	73.875,00 €
C. M. Belmonte	13.317	66.585,00 €	1,66%	66.585,00 €
C. M. Celorico da Beira	15.568	77.840,00 €	1,95%	38 337,16 €
C. M. Figueira de Castelo Rodrigo	12.556	62.780,00 €	1,57%	62.780,00 €
C. M. Fornos de Algodres	9.874	49.370,00 €	1,23%	49.370,00 €
C. M. Fundão	55.224	276.120,00 €	6,90%	276.120,00 €
C. M. Guarda	76.870	384.350,00 €	9,61%	384.350,00 €
C. M. Manteigas	7.181	35.905,00 €	0,90%	35.905,00 €
C. M. Meda	10.944	54.720,00 €	1,37%	54.720,00 €
C. M. Penamacor	11.679	58.395,00 €	1,46%	58.395,00 €
C. M. Pinhel	19.215	96.075,00 €	2,40%	96.075,00 €
C. M. Sabugal	26.086	130.430,00 €	3,26%	130.430,00 €
C. M. Trancoso	19.101	95.505,00 €	2,39%	95.505,00 €
A. de Municípios da Cova da Beira	4.000	20.000,00 €	0,50%	20.000,00 €
Empresa Geral do Fomento, SA	503.610	2.518.050,00 €	62,95%	2.518.050,00 €
TOTAL RESIESTRELA	800.000	4.000.000,00 €	100,00%	3 960 497,16 €

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2018, encetou-se um processo de transformação na **RESIESTRELA**, com o objetivo de preparar a empresa para os desafios futuros. O foco na eficiência dos processos será essencial para permitir um melhor desempenho operacional da empresa, fortemente alinhado à estratégia e aos objetivos da empresa.

12

Complementarmente, a concretização dos vários investimentos financiados pelo POSEUR, possibilitará a implementação das medidas propostas no PAPERSU, tendo sido adquiridas 8 novas viaturas de recolha seletiva e aumentado do número de ecopontos, permitindo obter um rácio de 150 habitantes por ecoponto. A operacionalização destas ações ir-se-á prolongar para 2019, com clara aposta no reforço da recolha seletiva junto ao pequeno comércio, canal HORECA, IPSS, mercados e feiras, coletividades festivas e eventos. Destaca-se ainda no final do ano, a conclusão do novo Parque de Maturação da Resistrela e que permitirá aumentar a capacidade de processamento de resíduos orgânicos, reduzindo-se deste modo a deposição em aterro. Estes investimentos serão igualmente essenciais para cumprir as metas ambientais aplicáveis a partir de 2020, cuja especial exigência, quer em termos técnicos, quer em termos financeiros, é já bem conhecida e reconhecida por todos.

O ano de 2018 foi ainda marcado pela preparação do período regulatório 2019-2021, elaborado de acordo com a Revisão ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTR), publicado em 23 de janeiro de 2018, na 2ª série do Diário da República (Regulamento n.º 52/2018, da ERSAR). Durante este processo, foram elaborados e submetidos um conjunto de informação referente à atividade da empresa, bem como o plano de investimentos para o triénio. Esta interação com a Entidade Reguladora dos serviços de águas e resíduos (ERSAR), culminou em outubro, com a decisão final sobre os proveitos permitidos e tarifas reguladas para este novo período regulatório.

Em 2018, foi pela primeira vez submetido à ERSAR e ao Concedente, o relatório técnico de aptidão funcional (RAFA) de acordo com o estipulado no Contrato de Concessão entre o Estado Português e a **RESIESTRELA**.

Para além dos documentos referidos anteriormente, foram igualmente submetidas à ERSAR as Contas Reguladas Reais de 2017.

Verificou-se igualmente a atribuição de nova licença SIGRE, atribuída à terceira entidade gestora AMB3E, mantendo-se, no entanto, as condicionantes de retoma já existentes em 2017, com a falta de soluções para o escoamento dos plásticos mistos provenientes da recolha indiferenciada, o que afeta negativamente as metas ambientais. Foram também criados lotes mistos para o filme plástico, com a fração não embalagem a assumir sucessivamente valores de venda negativos, criando uma diminuição do valor deste produto.

Salienta-se ainda a enorme aposta na sensibilização à população, destacando-se as várias iniciativas efetuadas no âmbito das candidaturas submetidas ao POSEUR. Estas ações foram efetuadas transversalmente por todas as empresas do universo EGF, exponenciando bastante a mensagem passada à população e contribuindo assim para o aumento da quantidade e qualidade dos materiais recolhidos seletivamente.

Em 2018 a **RESIESTRELA** realizou a Auditoria de Renovação do Sistema de Gestão Integrado e confirmou a manutenção da certificação em Qualidade, em Ambiente e em Segurança e Saúde no Trabalho (NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001).

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES - ECONÓMICOS E FINANCEIROS

TABELA 2 - INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIRO

Indicadores (valores em euros)	2018	2017
Investimento		
<i>Valor de Investimento conforme conceito regulatório, montantes investidos em DUI-Direitos de utilização de infraestruturas (inclui em curso)</i>	2.880.451	460.731
BAR¹		
<i>BAR calculada a 31 de dezembro, conforme conceito regulatório vigente</i>	6.648.574	6.021.500
Ativo Líquido		
<i>Conforme Balanço</i>	24.385.390	24.091.693
Volume de Negócios		
<i>Total das contas 71 e 72 (inclui ajustamentos tarifários, utilização de passivo regulatório)</i>	4.612.904	4.321.943
EBITDA		
<i>Conforme Demonstração de Resultados = EBIT + Amortizações-Subsídios + Perdas por imparidade e provisões</i>	1.023.593	1.126.156
EBIT		
<i>Conforme Demonstração de Resultados = RL + IRC (inclui diferido) + Resultado Financeiro</i>	392.681	214.968
Resultados Financeiros		
<i>Conforme Demonstração de Resultados</i>	-171.141	-136.936
Resultado Líquido		
<i>Conforme Demonstração de Resultados</i>	159.943	414.125
Endividamento Líquido		
<i>Conforme Balanço = Financiamento cp + Financiamento mlp + Suprimentos - Caixa e Equivalentes</i>	587.756	-79.565
Endividamento Líquido/EBITDA		
<i>Endividamento Líquido/EBITDA</i>	57,42 %	-7,07 %
Endividamento Líquido/EBITDA		
<i>Endividamento Líquido/BAR</i>	8,84 %	-1,32 %

(1) - Valor da BAR sem valor regularório dos bens em fim de vida

TABELA 3 - INDICADORES ATIVIDADE

Indicadores	2018	2017
Municípios Servidos <i>nº de municípios servidos pela Concessionária</i>	14	14
População servida <i>População média residente - últimos dados publicados pelo INE</i>	186.836 hab	188.016 hab
RU Indiferenciados Municipais <i>Total da Receção de RU Indiferenciados provenientes da Recolha municipal, tarifados à tarifa aprovada pela ERSAR</i>	69.684 ton	67.010 ton
RU Indiferenciados de Grandes Produtores <i>Total da Receção de RU Indiferenciados rececionados provenientes de Outras Entidades.</i>	343 ton	302 ton
RU Recolhidos Seletivamente - Fluxo Multimaterial <i>Total de Resíduos Recolhidos Seletivamente (ou entregues em ecocentros)</i>	8.180 ton	7.816ton
Venda de Recicláveis - fração embalagem <i>Total de Recicláveis vendidos - fração embalagem</i>	6.288 ton	6.159 ton
Venda de Recicláveis - fração não embalagem <i>Total de Recicláveis vendidos - fração não embalagem</i>	1.465 ton	1.023 ton
Venda de Energia <i>Total de Energia injetada na Rede</i>	4.917 Mw	4.486 Mw

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

03



ORGANOGRAMA

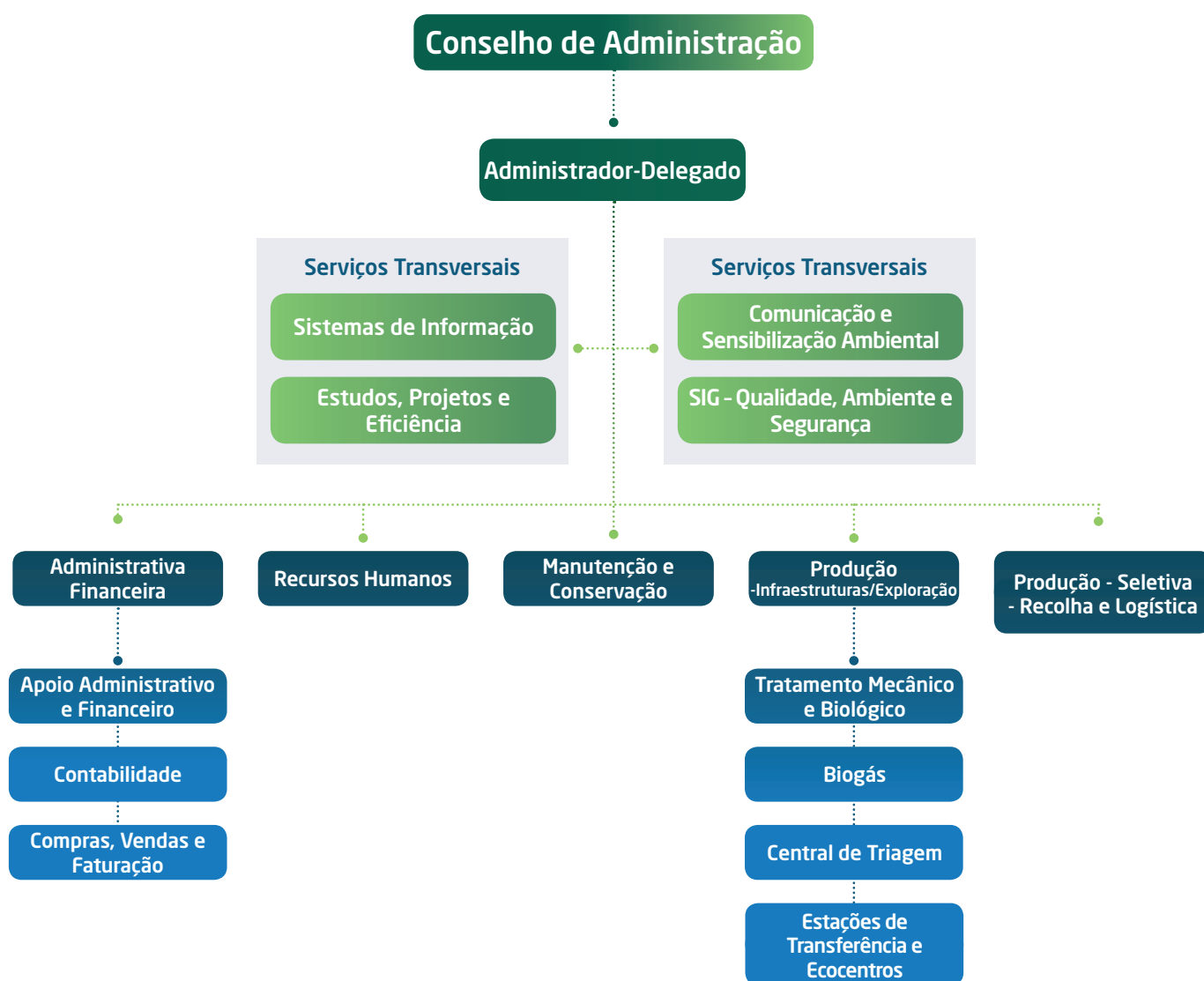


FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DA RESIESTRELA

SÍNTESE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A administração **RESIESTRELA** é exercida por um Conselho de Administração, que é composto por 5 membros, o qual tem os poderes de gestão e representação que lhe foram cometidos por lei, pelos estatutos e pelas deliberações dos acionistas. A estrutura da empresa é composta pelos Serviços Transversais partilhados, sob tutela direta do Administrador-Delegado, e por cinco áreas principais, tendo cada uma as seguintes atribuições:

ÁREA FUNCIONAL	RESPONSABILIDADE
Serviços Transversais	Estudos, projetos e eficiência: realização de estudos e implementação de métodos com vista à melhoria da eficiência/redução de desperdícios. Comunicação e sensibilização ambiental: desenvolve as estratégias de sensibilização e comunicação de todo o sistema Valnor. Sistema Integrado de Gestão (Qualidade, Ambiente e Segurança): gestão do sistema integrado, garantindo junto das áreas funcionais as exigências de certificação do Sistema de Gestão Integrado da empresa e dos requisitos legais aplicáveis à empresa no âmbito do SIG. Sistemas de Informação: gestão dos sistemas de informação da Empresa.
Administrativa Financeira	Gestão administrativa e financeira da empresa (serviços administrativos, contabilidade, tesouraria, comercial e aprovisionamento)
Recursos Humanos	Gestão e coordenação de processos de seleção, contratação e integração de novos colaboradores, formação, controle de assiduidade e processamento de salários.
Manutenção e Conservação	Manutenção de instalações e equipamentos utilizados pela Resiestrela nas componentes preventiva e corretiva, e controlo dos equipamentos de medição e monitorização.
Produção - Infraestruturas/Exploração	Gestão de infraestruturas da empresa: estações de transferência e transporte de RU, tratamento mecânico e biológico, gestão de aterro incluindo a captação de biogás e consequente aproveitamento energético para produção de energia. Contempla ainda atribuições na área do planeamento, concretização e acompanhamento de intervenções e investimentos, em função desenvolvimento da estratégia da empresa e dos planos sectoriais a que está acometida a sua atuação.
Produção - Recolha e logística	Coordenação da recolha e receção de materiais recicláveis em ecopontos, ecocentros e em estabelecimentos comerciais (porta-a-porta).

RELATÓRIO DE GESTÃO

B



I ENVOLVENTE

04



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ritmo de crescimento da economia MUNDIAL manteve-se em 2018. A economia mundial cresceu 3,7%, o que resultou de um crescimento de cerca de 2,4% das economias avançadas e de 4,7% das economias de mercado emergentes e em desenvolvimento (Tabela 1). Este crescimento, em termos mundiais, resultou de uma aceleração do PIB nas economias avançadas e de uma manutenção nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento. Nas economias avançadas, destacou-se, contudo, uma significativa divergência na evolução económica dos países. Enquanto nos EUA se observou uma aceleração do PIB, na área do euro, Japão e Reino Unido as economias desaceleraram. Nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, destacou-se a continuação da recuperação das economias brasileira e russa enquanto na China se observou um ligeiro abrandamento. A economia angolana, ao contrário do previsto no ano passado, continuou em recessão em 2017 e em 2018.

20

TABELA 4 - CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL

(Taxa de variação real do PIB, em percentagem)

	2014	2015	2016	2017	2018
Economia mundial	3,6	3,5	3,3	3,7	3,7
Economias avançadas	2,1	2,3	1,7	2,3	2,4
EUA	2,5	2,9	1,6	2,2	2,9
Japão	0,4	1,4	1,0	1,7	1,1
Área do euro	1,4	2,1	1,9	2,4	2,0
Portugal	0,9	1,8	1,6	2,7	2,3
Reino Unido	2,9	2,3	1,8	1,7	1,4
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	4,7	4,3	4,4	4,7	4,7

Fonte: FMI (*World Economic Outlook*, outubro de 2018). | Nota: Detalhes sobre os grupos de países e a forma de agregação podem ser obtidos em www.imf.org.

Na área do EURO, o crescimento económico reduziu-se de 2,4% para 2,0%. Para esta evolução contribuiu o abrandamento das exportações, ainda que se tenha mantido um contributo positivo da procura externa líquida. O crescimento económico continuou a ser suportado pela procura interna, sobretudo pelo consumo privado sendo que também o investimento acelerou significativamente.

TABELA 5 - TAXA DE INFLAÇÃO

(Taxa de variação do índice de preços no consumidor, valores médios)

	2014	2015	2016	2017	2018
Economia mundial	3,2	2,8	2,8	3,2	3,8
Economias avançadas	1,4	0,3	0,8	1,7	2,0
EUA	1,6	0,1	1,3	2,1	2,4
Japão	2,8	0,8	-0,1	0,5	1,2
Área do euro	0,4	0,0	0,2	1,5	1,7
Portugal	-0,2	0,5	0,6	1,6	1,7
Reino Unido	1,5	0,0	0,7	2,7	2,5
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	4,7	4,7	4,2	4,3	5,0

Fonte: FMI (*World Economic Outlook*, outubro de 2018). Nota: Detalhes sobre os grupos de países e a forma de agregação podem ser obtidos em www.imf.org.

Apesar da manutenção do crescimento económico mundial, verificou-se um ligeiro aumento da **taxa de INFLAÇÃO na economia MUNDIAL, em resultado do aumento do preço dos bens energéticos**. Nas economias avançadas a taxa de inflação passou de 1,7% para 2%, uma evolução semelhante à da **área do EURO**, cuja taxa de inflação se situou em 1,7% em 2018. O preço do petróleo *dated brent* registou um aumento médio de 32% para uma média de 72 USD/bbl face aos 54 USD/bbl do ano anterior.

TABELA 6 - TAXA DE DESEMPREGO

(Em percentagem da população ativa)

	2014	2015	2016	2017	2018
Economia mundial					
Economias avançadas	7,3	6,7	6,2	5,6	5,2
Área do euro	11,6	10,9	10,0	9,1	8,3
Portugal	13,9	12,4	11,1	8,9	7,0
Reino Unido	6,2	5,4	4,9	4,4	4,1

Fonte: FMI (*World Economic Outlook*, outubro de 2018). Nota: Detalhes sobre os grupos de países e a forma de agregação podem ser obtidos em www.imf.org.

A taxa de DESEMPREGO continuou a diminuir na generalidade das economias mundiais, incluindo a área do EURO onde se reduziu de 9,1% para 8,3%, em resultado da forte redução da taxa de desemprego na Alemanha, onde atingiu sucessivos mínimos históricos. Com dois dígitos continuam as taxas de desemprego em Espanha (15,6%), Itália (10,8%) e Grécia (19,9%).

Neste enquadramento, a ECONOMIA PORTUGUESA deverá ter crescido cerca de 2,3% em 2018, desacelerando face ao crescimento observado em 2017 de 2,7%. O crescimento em 2018 deverá resultar do contributo positivo da procura interna, compensando o contributo negativo das exportações líquidas. O consumo privado deverá continuar a crescer ao ritmo de 2,3%, observado no ano anterior. A desaceleração da economia resulta do abrandamento do investimento e das exportações, ainda que ambas as componentes continuem a crescer a significativamente.

Em relação à evolução dos preços na atividade económica, o deflator do PIB para 2018 deverá situar-se em 1,4%, diminuindo ligeiramente face ao ano anterior, quanto ao Índice de preços no consumidor, segundo o FMI terá ficado em 1,7%, embora com tendência decrescente nos últimos meses do ano.

Ao nível do mercado de trabalho, registou-se uma **diminuição da taxa de desemprego, para 7%, ao longo de 2018, paralelamente ao aumento da população ativa.** Salienta-se uma desaceleração do crescimento da população empregada em 2018 face ao ano anterior, de 3,3% para 2,5%, de acordo com a estimativa do OE/2019.

No que se refere às contas externas em termos nominais, **em 2018 a capacidade de financiamento da economia portuguesa deverá ter ascendido a 1% do PIB,** em resultado do saldo positivo da balança de capital e da balança de bens e serviços (Tabela 7).

TABELA 7 - BALANÇA DE PAGAMENTOS
(Em percentagem do PIB)

	2015	2016	2017	2018
Financiamento da economia (em % do PIB)				
Balança corrente e de capital	0,3	1,0	1,1	1,0
Balança corrente	-0,9	0,1	0,2	0,0
Bens e serviços	0,6	1,1	0,8	0,7
Balança de capital	1,2	0,9	0,9	1,0

Fontes: INE e Ministério das Finanças. | Nota: Os dados referem-se à conta do setor institucional Resto do Mundo, publicada pelo INE. Para 2018 os dados correspondem à previsão do OE/2019 do Ministério das Finanças

ENQUADRAMENTO DO SECTOR

Em 2018 assistiu-se à concretização de algumas das medidas no setor dos resíduos, das quais se destaca:

23

PLANO ESTRATÉGICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (PERSU 2020) E (PERSU 2020 +)

O (PERSU 2020), foi aprovado pela Portaria n.º 187-A/2014, publicada em DR (I Série) n.º 179, de 17 de setembro de 2014 e encerra a visão estratégica para o setor no horizonte 2014-2020.

Este Plano estabeleceu um modelo que definiu individualmente e para cada sistema de gestão de RU, as seguintes metas: a) Metas de retomas de recolha seletiva; b) Metas de desvio de RUB de aterro; c) Metas de preparação para reutilização e reciclagem, consolidadas no Despacho 3350/2015, de 1 de abril.

Na sequência da publicação do PERSU 2020, a **RESIESTRELA** elaborou e apresentou à APA, em 28 de abril de 2015 o seu plano de ação (PAPERSU), o qual contemplou os investimentos e medidas que pretende implementar com vista à garantia do cumprimento das metas que lhe ficaram adstritas. A aprovação do PAPERSU por parte da APA foi obtida em 20 de julho de 2015.

Havendo a perceção da necessidade de revisão da estratégia nacional para os resíduos urbanos, face às alterações substanciais verificadas no enquadramento nacional e comunitário, a Secretaria de Estado do Ambiente promoveu a criação de um Grupo de Trabalho que apresentou a 19 de novembro uma versão do “PERSU 2020 +” com propostas de revisão ao PERSU 2020, e cuja consulta pública decorre até 25 de janeiro de 2019.

A “Proposta do PERSU2020+” contém as linhas gerais do alinhamento do novo Plano para o período pós 2020, estimando o Ministério do Ambiente e da Transição Energética que nos próximos 10 anos seja necessário um montante de investimento estimado entre 450 a 580 milhões de euros para o setor dos resíduos urbanos por forma a fazer face às exigências impostas pela EU, evidenciando ainda as grandes carências de investimento do sector e as prioridades da tutela para o mesmo.

Tendo por base as infraestruturas existentes, o PERSU 2020+ (versão em consulta pública) concretiza uma análise a nível regional (com âmbitos coincidentes com os território das CCDR), identificando as seguintes necessidades fundamentais: o reforço da valorização energética nas regiões Norte e Alentejo, com possibilidade de adaptação

da central de Sines nesta última; a aposta no escoamento dos CDR para cimenteiras e unidades similares nas regiões Centro e de Lisboa e Vale do Tejo; o reforço do tratamento biológico no Algarve. Reforça também em termos transversais a importância da partilha de infraestruturas, a otimização de capacidades instaladas e reforço das unidades de triagem e tratamento mecânico. Considera ainda este documento que a recolha seletiva porta a porta de bioresíduos e os sistemas PAYT deverão ser reforçados, não se justificando, contudo, a sua universalidade num país como Portugal.

Nesta antecipação ao Persu 2020+ foi também referido pelos órgãos competentes que Portugal conseguiu já uma prorrogação de 5 anos para a meta de deposição de resíduos em Aterro, ou seja, que em 2035 Portugal terá de colocar apenas 10% dos seus resíduos em aterro, o que justifica a estratégia de reforço da incineração prevista.

Quanto às metas de reciclagem estabelecidas para 2020, é assumido nesta versão para consulta pública do PERSU 2020+ o seu adiamento em dois anos, motivado pelo bloqueio da utilização dos fundos comunitários para o setor em consequência da queixa apresentada em Bruxelas por um conjunto de empresas privadas nacionais, que alegavam falta de concorrência no mercado.

PORTUGAL 2020 (POSEUR)

O POSEUR é o instrumento nacional, inserido nas Estratégias “Europa 2020” e “Portugal 2020” para o campo da sustentabilidade e uso eficiente de recursos. A sua intervenção abrange a totalidade do território nacional.

O POSEUR integra 3 eixos de atuação, sendo o Eixo III - “Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência na utilização dos recursos”, aquele em que se integram as estratégias para o setor dos resíduos e nomeadamente as candidaturas de projetos que visem a concretização das metas nacionais e comunitárias inseridas no PERSU 2020. Para a globalidade do setor, e durante o período 2014-20, estão previstos apoios comunitários na ordem dos 306 M€.

A RESIESTRELA apresentou, neste quadro comunitário (2016-2018), duas candidaturas ao abrigo do Aviso POSEUR-11-2015-18.

REGULAMENTO TARIFÁRIO DE RESÍDUOS URBANOS (RTR)

Durante 2018 e conforme melhor descrito no capítulo de regulação, dá-se nota da publicação pela ERSAR de uma revisão do Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos (Regulamento 52/2018 de 23 de janeiro), com o qual se procurou estabelecer uma estrutura de regulação única aplicável a todo o setor independentemente da titularidade do sistema em causa, bem como de dois novos Documentos Complementares ao RTR, a saber: (DC1) 1º Documento Complementar com o objetivo de clarificar e adaptar ao novo RTR conceitos relacionados com a apresentação das Contas Reguladas Previsionais (Regulamento n.º 222/2018, publicado em Diário da Republica de 13 de abril); (DC3) 3º Documento Complementar onde se consagraram alguns mecanismos que premeiam bons desempenhos, em termos de incentivos e majorações (Regulamento n.º 395/2018 publicado em Diário da Republica de 29 de junho).

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS (SIGRE)

Até final de 2016 o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) integrava apenas uma única entidade gestora do fluxo das embalagens. Em 2017 houve uma alteração por via da atribuição de licenças a duas entidades gestoras - Sociedade Ponto Verde e Sociedade Novo Verde - as quais entraram em vigor a 1 de janeiro de 2017, estando, contudo, efetivamente operacionais em meados desse ano e por essa via condicionando a atividade das empresas do ponto de vista operacional e financeiro. Em 2017 foi ainda

concedida uma terceira licença à entidade gestora Amb3E e foram revistas as especificações técnicas dos resíduos de embalagem provenientes da recolha indiferenciada, tendo sido retirado das mesmas o fluxo “Plásticos Mistos”, o qual deixou de ser retomado e por essa via fazendo regredir muito significativamente o volume de materiais recicláveis vendidos.

Os princípios e normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens em Portugal encontram-se estabelecidos no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, que transpõe para ordem jurídica nacional as Diretivas n.º 94/62/CE e 2004/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e tem por base o princípio da responsabilidade alargada do produtor. Os objetivos nacionais de valorização e reciclagem para os resíduos de embalagens, que são os seguintes:

TABELA 8 - OBJETIVOS NACIONAIS DE VALORIZAÇÃO E RECICLAGEM PARA OS RESÍDUOS DE EMBALAGENS

Valorização Global	Reciclagem Global	Reciclagem Vidro	Reciclagem Papel/Cartão	Reciclagem Plástico	Reciclagem Metais	Reciclagem Madeira
≥ 60%	≥ 55%	≥ 60%	≥ 60%	≥ 22,5%	≥ 50%	≥ 15%

LEGISLAÇÃO DO SETOR PUBLICADA EM 2018

Durante 2018 foram emitidos e publicados diversos diplomas legais tanto a nível nacional como comunitário que regulam ou impendem sobre áreas específicas do setor dos resíduos, sendo seguidamente apresentados os mais importantes:

LEGISLAÇÃO NACIONAL

Despacho n.º 294/2018 (2ª série), de 5 de janeiro

Cria um grupo de trabalho cuja missão é assegurar o processo de revisão extraordinária do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020).

Portaria n.º 20/2018, de 17 de janeiro

Estabelece os critérios para a atribuição do Fim do Estatuto de Resíduo (FER) ao material de borracha derivado de pneus usados.

Regulamento n.º 52/2018 (2ª série), de 23 de janeiro

Revisão do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos.

Despacho n.º 2178-A/2018 (2ª série), de 1 de março

Concede à VALORCAR - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda., licença para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Veículos em Fim de Vida, válida de 05.03.2018 até 31.12.2021.

Despacho n.º 1316/2018, de 7 de fevereiro de 2018

Cria um grupo de trabalho com a missão de avaliar a aplicação dos incentivos fiscais associados à redução do consumo de sacos plásticos e a sua aplicabilidade a outros produtos de base plástica descartável de origem fóssil.

Resolução da Assembleia da República n.º 62/2018, de 1 de março de 2018

Recomenda ao Governo que pondere o fim da utilização de louça descartável de plástico na restauração.

Despacho n.º 2835/2018, de 20 de março

Cria um Grupo de Trabalho com a missão de promover uma análise da fiscalidade que incide sobre a energia.

Resolução da Assembleia da República n.º 102/2018, de 10 de abril de 2018

Recomenda ao Governo a avaliação do impacto e da origem dos microplásticos no ambiente e na comida.

Regulamento n.º 222/2018 (2ª série), de 13 de abril

Documento complementar n.º 1 ao regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, que estabelece o conteúdo das contas previsionais para efeitos regulatórios.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2018, de 27 de abril de 2018

Aprova a Estratégia Nacional e o respetivo Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar.

Despacho n.º 4707/2018 (2ª série), de 14 de maio

Estabelece as captações de retoma por material, por Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos e a nível global, para os anos de 2018 e 2019.

Despacho n.º 5151/2018, de 23 de maio de 2018

Estabelece a composição e o funcionamento do Grupo de Coordenação do Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal: Liderar a Transição (PAEC).

Despacho n.º 5256/2018 (2ª série), de 25 de maio

Concede à WEEECYCLE - Associação de Produtores de EEE licença para exercer a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (SIGREEE).

Despacho n.º 5257/2018 (2ª série), de 25 de maio

Concede à Amb3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos licença para exercer a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (SIGREEE).

Despacho n.º 5258/2018 (2ª série), de 25 de maio

Concede à ERP Portugal - Associação Gestora de Resíduos licença para exercer a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (SIGREEE).

Despacho n.º 5848/2018, de 14 de junho de 2018

Concede à VALORPNEU - Sociedade de Gestão de Pneus, Lda., a licença para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Pneus Usados (SGPU).

Regulamento n.º 395/2018 (2ª série), de 29 de junho

Documento complementar n.º 3 ao Regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, que estabelece a metodologia de aplicação do sistema de incentivos para efeitos regulatórios.

Resolução da Assembleia da República n.º 189/2018, de 13 de julho

Recomenda ao Governo o desenvolvimento de campanhas de sensibilização para reduzir a produção de resíduos e promover a sua coleta seletiva.

Regulamento n.º 446/2018 (2ª série), de 23 de julho

Regulamento dos Procedimentos Regulatórios (ERSAR).

Regulamento n.º 594/2018 (2ª série), de 4 de setembro

Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2018, de 26 de outubro de 2018

Redução do consumo de papel e de produtos de plástico na Administração Pública.

Lei n.º 69/2018, de 26 de dezembro

Altera incentivo à devolução e depósito de embalagens de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio.

Decreto-Lei n.º 117/2018, de 27 de dezembro
Retribuição mínima mensal garantida para 2019.

Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro
Orçamento do Estado para 2019.

LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

Diretiva (UE) 2018/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018

Altera as Diretivas 2000/53/CE relativa aos veículos em fim de vida, 2006/66/CE relativa às pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, e 2012/19/EU relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos.

Diretiva (UE) 2018/850 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018

Altera a Diretiva 1999/31/CE relativa à deposição de resíduos em aterros.

Diretiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018

Altera a Diretiva 2008/98/CE relativa aos resíduos.

Diretiva (UE) 2018/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018

Altera a Diretiva 94/62/CE relativa a embalagens e resíduos de embalagens.

Decisão de Execução (UE) 2018/896 da Comissão, de 19 de junho de 2018

Estabelece a metodologia de cálculo do consumo anual de sacos de plástico leves e que altera a Decisão 2005/270/CE.

Parecer do Comité Económico e Social Europeu 10 de agosto de 2018

“Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a aplicação do pacote de medidas relativas à economia circular: opções para examinar a relação entre as legislações relativas aos produtos químicos, aos produtos e aos resíduos”.

Parecer do Comité Económico e Social Europeu de 10 e agosto de 2018

“Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Uma Estratégia Europeia para os Plásticos numa Economia Circular” [COM(2018) 28 final] e sobre a “Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos meios portuários de receção de resíduos provenientes dos navios e que revoga a Diretiva 2000/59/CE e altera a Diretiva 2009/16/CE e a Diretiva 2010/65/EU” [COM(2018) 33 final].

Decisão de Execução (UE) 2018/1147 da Comissão, de 10 de agosto de 2018

Estabelece conclusões relativas às melhores técnicas disponíveis (MTD) para tratamento de resíduos, nos termos da Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho.

Parecer do Comité Económico e Social Europeu (2018/C 367/19), de 10 de outubro de 2018

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre um quadro de controlo da economia circular

Parecer do Comité das Regiões Europeu (COR 2018/00925), de 21 de dezembro de 2018

Comunicação “Uma Estratégia Europeia para os Plásticos na Economia Circular”.

REGULAÇÃO

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

28

A atividade de gestão de resíduos de urbanos exercida pela **RESIESTRELA** é sujeita tanto a regulação ambiental, como regulação económica. É prestado um serviço público com os padrões de qualidade exigidos e com o objetivo de atingir as metas ambientais às quais a entidade gestora está vinculada.

O modelo de regulação em vigor consiste em estimar os custos considerados razoáveis - de capital e de exploração - bem como em estimar as receitas de venda de recicláveis e energia, para se poder apurar o diferencial que tem de ser coberto pelas tarifas, diferencial esse designado de proveitos permitidos.

A tarifa regulada resulta da divisão dos proveitos permitidos sobre as quantidades estimadas de resíduos urbanos indiferenciados.

De acordo com o regime em vigor, os proveitos permitidos e as tarifas reguladas, a cobrar pela **RESIESTRELA** aos municípios, são definidos pela ERSAR por um período temporal designado "período regulatório".

O período de regulação que agora se conclui, iniciou-se em 2016 pela aplicação do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTR) que foi aprovado pela Deliberação n.º 928/2014 do Conselho Diretivo da ERSAR, de 17 de fevereiro de 2014, homologado pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia em 28 de fevereiro de 2014, e publicado no Diário da República n.º 74 de 15 de abril.

Entre 2016 e 2017 foram aprovados três Documentos Complementares a este Regulamento, nomeadamente:

1. Regulamento n.º 817/2016, de 18 de agosto (1º Documento Complementar ao RTR) com os objetivos de clarificar e detalhar as regras aplicáveis a situações específicas, que não estavam suficientemente explicitadas no texto do RTR, e operacionalizar o modelo de contas reguladas previsionais a que se refere o RTR, definindo um conjunto de quadros com o formato e detalhe necessário à intervenção do regulador, de forma a obter as informações previsionais das entidades gestoras.
2. O 2º Documento Complementar ao RTR viria a ser publicado em 19 de abril, com o Regulamento n.º 202/2017. Através do mesmo veio a ERSAR estabelecer o modelo para: (i) o reporte das contas reais e movimentos de reconciliação, individuais e cumulativos, entre a demonstração de resultados regulada e a demonstração de resultados

estatutária; (ii) o reporte das contas reais e movimentos de reconciliação, individuais e cumulativos, entre a demonstração da posição financeira regulada e a demonstração da posição financeira estatutária e (iii) modelo de relatório de conclusões factuais sobre as contas reguladas e os movimentos de reconciliação face às contas estatutárias.

3. O 3º Documento Complementar ao RTR foi publicado na mesma data (Regulamento n.º 201/2017) e definiu regras relativas à incorporação nos proveitos permitidos de eventuais mais-valias decorrentes da alienação de ativos referentes a atividades não reguladas.

Já durante 2018, foi publicado pela ERSAR uma Revisão do RTR, Regulamento 52/2018 de 23 de janeiro, no qual, nas palavras do regulador, face à experiência do primeiro período regulatório se procurou introduzir alguns ajustamentos ao RTR, tendo em vista a simplificação, flexibilização e clarificação de algumas das suas disposições, estabelecendo-se uma estrutura de regulação única aplicável a todo o setor independentemente da titularidade do sistema. **Salienta-se, contudo, que a revisão em questão introduziu uma maior discricionariedade do regulador e, como tal, uma maior incerteza regulatória, mantendo-se ainda diferenças importantes ao nível da regulação conforme a titularidade dos sistemas, o que causa desequilíbrios no mercado.**

A nova versão do RTR veio exigir a revisão e adaptação também dos modelos de reporte, pelo que em 2018 foram ainda aprovados e revistos dois dos Documentos Complementares, a saber:

1. Regulamento n.º 222/2018, publicado em Diário da República de 13 de abril (1º Documento Complementar) com o objetivo de clarificar e adaptar ao novo RTR conceitos relacionados com a apresentação das Contas Reguladas Previsionais, este novo documento complementar vem estabelecer as contas previsionais para efeitos regulatórios e é dirigido a todas as entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal e municipal definindo um conjunto de quadros com o formato e detalhe necessário à intervenção do regulador, de forma a obter as informações previsionais das entidades gestoras. É revogado o anterior Documento complementar 1, Regulamento n.º 817/2016, de 18 de agosto.
2. Regulamento n.º 395/2018 publicado em Diário da República de 29 de junho (3º Documento Complementar) onde se consagraram mecanismos que premeiam bons desempenhos com o objetivo de majorar mais valias ambientais e económicas, sendo estes mecanismos de duas naturezas: (I) Incentivos, (i) Pela superação de metas ambientais (ii) Pela eficiência de investimentos, e (II) Majorações (i) Pela eficiência de operações (ii) Pela partilha de infraestruturas.

A gestão do risco regulatório, pelo impacto que a atuação do Regulador tem na esfera patrimonial das empresas reguladas, torna-se uma matéria fulcral para as empresas concessionárias e para os seus acionistas.

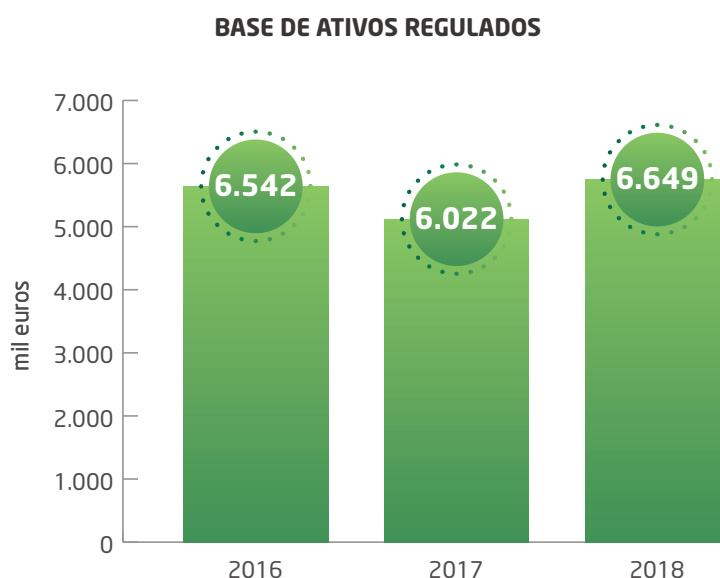
- De forma a gerir este risco, durante o ano de 2018 a **RESIESTRELA** reveriu e harmonizou o sistema de informação de reporte - de forma a garantir a fiabilidade da informação;
- Reveriu e harmonizou os procedimentos de aquisição de bens e empreitadas, para cumprimento do plano de investimentos
- Reforçou a fundamentação das ações previstas nas CRP
- Em termos externos, contratou um prestador de serviços para o desenvolvimento de estudos de avaliação de risco, reforçou a interação (proactiva) com o concedente, APA e ERSAR, e reforçou o envolvimento crescente com os municípios para melhorias na qualidade de serviço e cumprimento das obrigações legais e contratuais.

A **RESIESTRELA** é remunerada por taxa de remuneração ("TRA") aplicada à base de ativos regulados ("BAR"), que inclui os ativos afetos às atividades principais.

Em 2015 foram publicados pela ERSAR, em 16 de novembro, os parâmetros regulatórios genéricos para determinação dos proveitos permitidos para o período regulatório 2016-2018, sendo a TRA fixada em 6,14%, taxa aplicável até ao ano 2018.

Em 2018, com o novo RTR, alterou-se o calendário regulatório e alguns procedimentos, assim, estes parâmetros genéricos para o período 2019/21, foram comunicados pela ERSAR às concessionárias, com natureza indicativa, em 2 de abril, tendo os mesmos ficado fixados aquando da decisão definitiva dos proveitos permitidos, em 31 de outubro. A TRA aplicável à **RESIESTRELA** em 2019 é de 5,05%.

A Base de Ativos Regulados no primeiro período regulatório 2016-2018 foi a seguinte:



Apesar dos atrasos nos investimentos ocorrido durante o exercício de 2016 e 2017, devido aos atrasos na fixação das tarifas pela ERSAR e dos atrasos na aprovação pelo POSEUR das candidaturas apresentadas por em esta empresa, em 2018, a **RESIESTRELA** fez todos os esforços para aumentar a taxa de execução do plano de investimento aprovado nas CRP para o período de 2016 a 2018, o que conduz a que seja um período regulatório particularmente atípico.

As tarifas fixadas pela ERSAR refletem ainda desvios tarifários que, dois anos depois, reconciliam (na medida que sejam justificáveis e aceites pela ERSAR) valores previstos e ocorridos de custos e proveitos e desvios de preço.

Os ajustamentos decorrentes dos desvios são recuperados ou devolvidos, dois anos depois de ocorrem, sendo o valor remunerado a uma taxa de capitalização indicada pela ERSAR.

No final de 2018, o saldo estimado de desvios é de 537.527 Euros a devolver pela **RESIESTRELA**.

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2018, foi reportada a seguinte informação ao regulador:

- **(CRR) Contas Reguladas Reais 2017** - Em 30 de abril de 2018, a **RESIESTRELA** entregou ao regulador as CRR do exercício de 2017, tendo a ERSAR emitido, após período de audiência prévia, a sua decisão final sobre os ajustamentos aos proveitos permitidos de 2017 e sua repercussão nas tarifas de 2019, em conjunto com a decisão final sobre os proveitos permitidos e respetiva tarifa, em 30-10-2018.
- **(PI) Plano de Investimentos 2019/21** - Em 15 de fevereiro de 2018, a **RESIESTRELA** entregou ao regulador o plano de investimentos para o período 2019/21, tendo a ERSAR emitido um parecer preliminar sobre o mesmo em março de 2018, a **RESIESTRELA** reenviou o plano de investimentos revisto bem como as respostas às questões colocadas pela ERSAR em 30 de maio de 2018.
- **(CRP) Contas Reguladas Previsionais 2019/21** - Em 30 de maio de 2018, a **RESIESTRELA** entregou ao regulador as contas previsionais para o Ciclo regulatório 2019/21.

A decisão definitiva do regulador sobre o PI 2019/21 foi tomada em conjunto com a decisão final sobre a CRP 2019/21, após período de audiência prévia, tendo sido definidos os proveitos permitidos e respetivas tarifas, e nomeadamente a tarifa a praticar em 2019 incluindo os ajustamentos de 2017. Salienta-se que a **RESIESTRELA** não se revê nas decisões tomadas pelo regulador para o próximo período regulatório, pelo que irá impugnar as mesmas.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades. Deste modo, a qualidade de serviço de gestão de resíduos urbanos prestado pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 3.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores desempenho de qualidade do serviço. O "Guia de Avaliação da Qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 3.ª geração do sistema de avaliação" foi publicado pela ERSAR em 31 de março de 2017.

Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP). Em dezembro de 2018 foi publicado, e divulgado no sítio da ERSAR, o RASARP 2018, o qual sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2017.

Regulação ambiental

As entidades gestoras dos serviços resíduos urbanos do grupo EGF estão também sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA desenvolve ainda atribuições no âmbito dos resíduos enquanto Autoridade Nacional de Resíduos. Destacando-se:

- Assegurar e acompanhar a execução da estratégia nacional para os resíduos;
- Competências próprias de licenciamento;
- Emissão de normas técnicas aplicáveis às operações de gestão de resíduos;

- Desempenho de tarefas de acompanhamento das atividades de gestão de resíduos;
- Uniformização dos procedimentos de licenciamento;
- Validação da informação necessária à aplicação do regime económico e financeiro da gestão de resíduos e diligenciar no sentido da implementação do regulamento relativo à aplicação da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR).

No âmbito do modelo de regulação económica previsto no regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos (RTR), a APA será chamada a dar parecer sobre o alinhamento dos investimentos propostos pelas entidades gestoras que integrarão a base de ativos a remunerar com as políticas nacionais em matéria de resíduos urbanos.

Em 2018 foi publicado, e divulgado no sítio da APA, o Relatório do Estado do Ambiente (REA 2018) que organiza informação relevante em 8 domínios ambientais, um dos quais o setor dos resíduos, com dados referentes ao ano anterior e algumas perspetivas futuras.

GOVERNO SOCIETÁRIO

05



Resiestrela

Valorizamos o ambiente

ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

Os Órgãos Sociais da **RESIESTRELA** para o triénio 2018/2020 foram eleitos em Assembleia Geral de Acionistas de 26 de março de 2018.

34

MESA DE ASSEMBLEIA GERAL

Tendo em conta o estipulado n.º 1 do Art.º 14.º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre os acionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos em Assembleia Geral, por um período de três anos.

TABELA 9 - COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Documento	Data
2018-2020	Presidente	Município de Belmonte ⁽¹⁾	Ata nº 16 AG	26-03-2018
2018-2020	Vice-Presidente	Município de Figueira de Castelo Rodrigo ⁽¹⁾	Ata nº 16 AG	26-03-2018
2018-2020	Secretário	Empresa Geral do Fomento, S.A.	Ata nº 16 AG	26-03-2018

(1) - Representado pelo seu Presidente de Câmara

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do n.º 1 do Art.º 18º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por 3 ou 5 membros.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa também o seu Presidente entre os Administradores eleitos. O Conselho de Administração, à semelhança dos restantes órgãos sociais, exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

Nos termos do Art.º 19º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração terá os poderes de gestão e representação da sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos estatutos e pelas deliberações dos acionistas.

A atual constituição do Conselho de Administração (a seguir designado por CA), é a que se indica no quadro seguinte:

TABELA 10 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Documento	Data
2018-2020	Presidente	Luis Masiello Ruiz	Ata nº 16 AG	26-03-2018
2018-2020	Vogal Executivo	Nuno André Jesus Alves Heitor	Ata nº 16 AG	26-03-2018
2018-2020	Vogal não Executivo	Marta Maria Dias Quintas Neves	Ata nº 16 AG	26-03-2018
2018-2020	Vogal não Executivo	Município do Fundão ⁽¹⁾	Ata nº 16 AG	26-03-2018
2018-2020	Vogal não Executivo	Município da Guarda ⁽¹⁾	Ata nº 16 AG	26-03-2018

(1) - Representado pelo seu Presidente de Câmara

NOTAS CURRICULARES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



LUIS MASIELLO RUIZ

Presidente do Conselho de Administração



Nasceu em 14 de outubro 1964



HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

Engenheiro Agrícola pela Universidade Politécnica de Valencia (UPV), Espanha.



CARREIRA PROFISSIONAL:

De 1988 a 1989 desempenhou funções de investigador para a Universidade Politécnica de Valência na área de Entomologia, nomeadamente no controlo de pragas por meios biológicos.

No final de 1989 inicia sua carreira profissional na empresa DRAGADOS PROYECTOS ESPECIALES Y MEDIO AMBIENTE, embrionária da futura URBASER, empresa espanhola de serviços urbanos e para o meio ambiente presente em mais de 30 países.

Durante os primeiros anos (1989-1994) participa ativamente na consolidação da DRAGADOS/URBASER como um dos principais atores no mercado dos resíduos em Espanha, iniciando os contratos de concessão em numerosas cidades: Elche (Alicante), Ferrol (Corunha), Ceuta (Ceuta), Algeciras (Cádiz), Murcia, La Laguna (Tenerife), Jerez (Cádiz) y Alcala de Henares (Madrid).

Em 1994 é nomeado Coordenador de Área na URBASER, com responsabilidade de gestão sobre vários contratos de concessão e serviços de Recolha de Resíduos e Limpeza Viária assinados com diversas municipalidades em Espanha.

Em 1998 ocupa a Direção de Controlo e Planeamento da URBASER.

Em 1999 a Urbaser adquire as sociedades chilenas STARCO e DEMARCO e é nomeado Gerente General e Administrador Único para o período 1999-2003. As referidas empresas são líderes no setor de Recolha e Limpeza Viária com mais de 2.500 operários e opera em mais de 70 contratos com municipalidades chilenas.

Em 2003 e até 2009 ocupa a Direção Geral do grupo SUMA em Portugal, empresa participada pela URBASER. Desempenha funções de administrador nas sociedades SIGA S.A., TRIU S.A., AMBIGERE S.A., CITRAVE S.A., INVESTAMBIENTE S.A., TRANSPORLIXOS

S.A., NOVAFLEX S.A., NOVABEIRA S.A., SUMA MATOSINHOS S.A., RIMA S.A. Gerente das sociedades SERURB LDA, STL LDA, UTIL LDA, SUMA PORTO LDA, SUMA ESPOSENDE LDA, SUMA DOURO LDA.

Vice-presidente da APERLU.

Em 2009 é nomeado Administrador Delegado da sociedade marroquina TECMED MAROC, detida maioritariamente pela URBASER, cargo que desempenha até 2014. Empresa líder no setor do meio ambiente com mais de 5.700 trabalhadores e contratos nas principais cidades do reino alauita.



FUNÇÕES ATUAIS:

Em 2015 é integrado na sociedade EGF como Diretor de Planeamento e Controlo.

Em 2016 é nomeado pela EGF para Vogal do Conselho de Administração da Amarsul.

Em 2017 é nomeado pela EGF para Vogal do Conselho de Administração da Valnor, RESINORTE, RESIESTRELA, VALORMINHO e RESULIMA.

Em agosto 2017 é nomeado Administrador Executivo da EGF.

Em agosto 2017 é nomeado Presidente das sociedades RESIESTRELA, VALNOR, ALGAR.

Em dezembro 2017 é nomeado Presidente da sociedade VALORLIS.



NUNO ANDRÉ JESUS ALVES HEITOR

Administrador (Vogal do CA, em Representação da EGF)



Nasceu em Abrantes, a 4 de maio de 1976



HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

Licenciado em Química Aplicada, ramo Química Orgânica pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Pós-graduação em Gestão Ambiental e Auditorias Ambientais pelo Instituto Superior de Ciências da Saúde do Sul.

Executive MBA pelo INDEG-ISCTE Executive Education.

Entre outras, salienta-se a formação em Planeamento e Controlo Estratégico, Liderança Comercial e Negociação Internacional.



CARREIRA PROFISSIONAL:

Iniciou a atividade profissional em 2002 no departamento técnico da Lena Ambiente, onde desempenhou várias funções relacionadas com o controlo ambiental das instalações e admissibilidade de resíduos em aterro.

Em 2004 começa a desempenhar funções no departamento comercial da Lena Ambiente, passando em 2006 a assumir a direção comercial da empresa. Durante esse período participou em vários projetos na área do tratamento de resíduos, ciclo urbano da água e energia.

Em 2008 passa a ser administrador da empresa Hidrovia, empresa especializada na elaboração de projetos de unidades de tratamento de resíduos, sistemas de abastecimento de água e sistemas de tratamento de águas residuais.

Em 2011 assumiu o cargo de diretor coordenador de resíduos da Lena Ambiente, tendo participado em vários projetos em Portugal e também na internacionalização da empresa. Nesse mesmo ano, assumiu o cargo de administrador da empresa Resilei e da Ambibatilha.

Em 2012 foi nomeado administrador de várias empresas participadas da Lena Ambiente que operam no sector dos resíduos, nomeadamente da Treciver, Lena Ambiente II e Ecoambiente.

Em 2015 integra o departamento de estudos e proposta da empresa Suma, sendo convidado nesse mesmo ano para assumir a função de Diretor Geral da empresa Valorlis.



FUNÇÕES ATUAIS:

Em setembro de 2017 é nomeado administrador da empresa Valnor, SA, passando a exercer funções executivas a partir de 1 de janeiro de 2018;

Em novembro de 2017 é nomeado administrador da empresa RESIESTRELA, SA, passando a exercer funções executivas a partir de 1 de janeiro de 2018.



MARTA MARIA DIAS QUINTAS NEVES

Administradora (Vogal do CA, em Representação da EGF)



Nasceu a 3 de março de 1972



HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

Licenciada em Direito, com especialização em Direito Económico, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, Pós-Graduação em Direito de Concorrência e Regulação.



CARREIRA PROFISSIONAL:

Iniciou a sua carreira como advogada, num Gabinete de Advocacia, entre 1995 e 1999.

Em 2002 desempenhou funções de Diretora do Departamento Jurídico da PT Multimédia, S.A., tendo sido responsável pela fusão dos vários departamentos jurídicos existentes.

De 2003 a 2005 desempenhou as funções de adjunta do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia e, posteriormente, do Ministro das Atividades Económicas e do Trabalho, tendo, nomeadamente, transposto o pacote legislativo de liberalização do mercado energético português.

Entre 2006 e 2008, de regresso agora à PT Comunicações, S.A., ocupa o cargo de Chefe do Gabinete de Coordenação Económica e Regulatória e posteriormente Diretora do Departamento de Regulação da PT Portugal, SGPS até 2011: Nesta função, liderou o processo de negociação junto do regulador setorial, ANACOM, que viria a permitir a segmentação nacional do mercado de retalho, com desregulação da PT em mais de 40% do território nacional e, ainda, a compensação, pela primeira vez, da PT como prestadora do serviço universal.

De 2011 a 2013, regressa ao governo de Portugal, como Chefe do Gabinete do Chefe do Gabinete do Ministro da Economia, Trabalho, Transportes, Obras Públicas e Comunicações, um dos maiores ministérios da história de Portugal, em que acompanhou vários dossiers, entre eles a nova lei da concorrência e o acordo de concertação social relativo à alteração da lei laboral.

Em 2013 mantém o cargo de Diretora de Concorrência e Assuntos Regulatório, passando em 2015 a fazer parte da Comissão Executiva da PT Portugal, SGPS, S.A., tendo acompanhado vários processos de concentração junto da Autoridade de Concorrência e Comissão Europeia e a negociação com o regulador da não regulação da fibra.

Em 2016 é incorporada na sociedade EGF como Diretora do Gabinete de Regulação e Jurídico, e na qual liderou a implementação do primeiro período regulatório das empresas do Grupo.



FUNÇÕES ATUAIS:

Em 2017 foi nomeada Administradora Executiva da Empresa Geral do Fomento, S.A.

É também em 2017 nomeada pela EGF, vogal dos Conselhos de Administração das empresas Valorsul, S.A., Valnor, S.A, Resulima, S.A. e Resinorte, S.A.



Paulo Alexandre Bernardo Fernandes

Administrador (Vogal do CA, em Representação do Município do Fundão)



Nasceu em São Sebastião da Pedreira a 5 de junho de 1972



HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

Mestrado em «*Estudios Europeos y Derechos Humanos*» pela Universidade de Salamanca, com a especialização de Desenvolvimento Regional na Baixa Densidade.

Licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa.



CARREIRA PROFISSIONAL:

Consultor especialista em Desenvolvimento Regional e Local.

Coordenador de vários projetos de Desenvolvimento Social e Rural Integrado para a zona do Pinhal Interior no âmbito dos programas INTEGRAR, POEDS, RURIS, AIBT, PRODER, entre outros, com recurso ao FSE /FEDER/FEOGA/FEADER.

Elaboração e colaboração em vários planos de desenvolvimento de âmbito territorial: Carrefour rural para a Beira Interior, Plano de Desenvolvimento Local Estrela Sul para o programa Leader +, Plano de Ação para a corda de Zêzere «Serra, Xisto e Rio», Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, entre outros.

Chefe de projeto no âmbito das Iniciativas Comunitárias Now e INTERREG de cooperação transfronteiriça entre Beira Interior, Alto Alentejo e as Juntas de Castilla y León e Extremadura, entre outras regiões europeias.

Fundador e Diretor Executivo da Associação para o Desenvolvimento Integrado Florestal – Pinus Verde.

Fundador da Rede Europeia para reconversão de Minas Abandonadas EuropaMines.

Fundador da Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

Fundador e Presidente da Rede das Aldeias do Xisto.

Colaborações diversas na criação e disseminação nacional, no âmbito do QREN, da Estratégia de Eficiência Coletiva - Programa para a Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE).

Chefe do Projeto do PROVERE BUY NATURE para a valorização do produto Turismo de Natureza nas áreas Classificadas do Centro Interior (Tejo Internacional, serras da Estrela, Malcata, Gardunha, Açor e Lousã).

Elaboração do Programa para a Regeneração Urbana da Zona Antiga do Fundão, um dos cinco casos piloto selecionados na Região Centro.

Criação da Rede Urbana para a Competitividade da Beira Interior (Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Guarda).

Formador e responsável pedagógico de vários planos de formação ligados à valorização económica de recursos endógenos, qualificação de microempresários e empreendedorismo em espaço rural, dinamização e animação de centros históricos, etc.

Inúmeras palestras, colóquios e seminários como orador convidado por diferentes Universidades, Politécnicos... com a apresentação de vários casos de sucesso e projetos-piloto como: a Rede Aldeias do Xisto, Marketing Territorial com a campanha Cereja do Fundão no EURO-2004; plano de mobilidade e transportes para regiões de baixa densidade, Internacionalização da Rede de Lojas e produtos Aldeias do Xisto e de Portugal; Turismo Natureza; Desenvolvimento Sustentável; Estratégias Inovadoras de Participação e Governança; Programação e animação cultural aplicada aos centros históricos, recursos naturais e património imaterial.

Vereador desde 2002 e Vice-Presidente desde 2009 da Câmara do Fundão (pelouros do Desenvolvimento e Fundos Comunitários, Ação Social, Turismo, Promoção do Investimento e Zonas Industriais, Inovação e Empreendedorismo, Cultura, Desporto, Associativismo, Redes de Cooperação).

Relator do Parecer Final do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro.

Mediador, pela Associação Nacional de Municípios, da negociação com a Secretaria de Estado do Ordenamento e CCDRC que culminou na versão final do PROT-Centro.

Fundador da rede portuguesa de FAB LABS do M.I.T.



FUNÇÕES ATUAIS:

Em 17 de fevereiro de 2012 foi nomeado Vogal do CA da RESIESTRELA, S.A.

No dia 16 de outubro de 2011, tomou posse como Presidente da Câmara Municipal do Fundão, tendo sido reeleito em 2013 e 2017.



ÁLVARO DOS SANTOS AMARO

Administrador (Vogal do CA, em Representação do Município da Guarda)



Nasceu em Ribamondego, Gouveia a 25 de maio de 1953



HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra



CARREIRA PROFISSIONAL:

Novembro de 1985 - Foi nomeado Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares.

Junho de 1987 - Nomeado Secretários de Estado da Agricultura de XI Governo Constitucional.

Outubro de 1991 - Eleito Deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Coimbra.

Outubro de 1991 - Nomeado Secretário de Estado da Agricultura do XII Governo Constitucional.

Outubro de 1995 - Eleito deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Coimbra.

Abril de 1996 - Reeleito Presidente da Comissão Política Distrital do PSD da Guarda.

Coordenador da Comissão Parlamentar do Poder Local, Ambiente e Equipamento Social.

Outubro de 1999 - Reeleito deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral da Guarda.

Dezembro de 2001 - Eleito Presidente da Câmara Municipal de Gouveia (12 anos).

Novembro de 2012 - Eleito Presidente da CNCP.

Novembro de 2013 - Eleito Presidente dos ASD.

Janeiro de 2014 - Eleito Presidente da Assembleia Geral da AIRC.

Fevereiro de 2014 – Eleito Presidente da Pró-Raia.

Junho de 2015 – Eleito Presidente da assembleia Geral das Águas de Lisboa e Vale do Tejo.



PUBLICAÇÕES:

“Autonomia Financeira dos Municípios” – revista do Desenvolvimento Regional CCRC / 1980;

“Novo Modelo Orçamental dos Municípios”;

“Bases para a Criação de um Serviço Regional de Informática na Região Centro” (em colaboração) – separata – edição CCRC;

“As Sociedades de Desenvolvimento Regional como Instrumento de uma Política de Regionalização do Desenvolvimento” (em colaboração);

“Caracterização de Região Plano Centro com vista á definição de áreas e sectores preferenciais de investimento” (em colaboração);

“Regionalização e Município” – Revista Desenvolvimento Regional CCRC / 1982;

“Plano, Orçamento e Controlo de Execução”;

“Papel dos Municípios no Retorno dos Emigrantes” (em colaboração) – Emigração e Retorno da Região Centro – Edição CCRC;

“Financiamento do Desenvolvimento Regional e Local” – em separata;

“Agricultura Portuguesa – Mudanças, Riscos e Oportunidades” – em separata – Edição MAPA;

“A Caça em Portugal – Recurso de Futuro” – em separata – Edição MAPA;

“Os Jovens na Agricultura – Uma Opção” – em separata – Edição MAPA;

“Das Palavras à Ação” – Coletânea de discursos;

“Um Combate no Interior”.



FUNÇÕES ATUAIS:

Em setembro de 2015 foi nomeado Vogal do CA da RESIESTRELA, S.A.

Em setembro de 2013, tomou posse como Presidente da Câmara Municipal da Guarda tendo sido reeleito em 2017.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)/FISCAL ÚNICO

Nos termos da lei, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um Fiscal Único e a um Fiscal Único suplente, conforme decidido pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.

TABELA 11 - IDENTIFICAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

Mandato	Cargo	Nome	N.º CROC	Designação	
				Documento	Data
2018-2020	FU Efetivo	Pricewaterhousecoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. representada por Hugo Miguel Patrício Dias/Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão	183	Ata nº 16 AG	26-03-2018
2018-2020	FU Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	Ata nº 16 AG	26-03-2018

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

TABELA 12 - CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Documento	Data
2018-2020	Presidente	Eduardo João Frade Sobral Pimentel	Ata nº 16 AG	26-03-2018
2018-2020	Vogal	Pablo Barreiro Blanco	Ata nº 16 AG	26-03-2018
2018-2020	Vogal	Município de Almeida ⁽¹⁾	Ata nº 16 AG	26-03-2018

(1) - Representado pelo seu Presidente de Câmara

I ATIVIDADE

06



CADEIA DE VALOR

A **RESIESTRELA** atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências e valor acrescentado, desde a identificação dos recursos – os Resíduos Urbanos (RU) – até à entrega dos produtos finais aos clientes: as entidades gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagem (SIGRE), as empresas recicladoras, a Rede Elétrica Nacional e os utilizadores do corretivo orgânico.

Na figura seguinte é apresentada uma visão sistémica da cadeia de valor do negócio do tratamento e valorização dos resíduos com a especificação das diferentes atividades de operação.

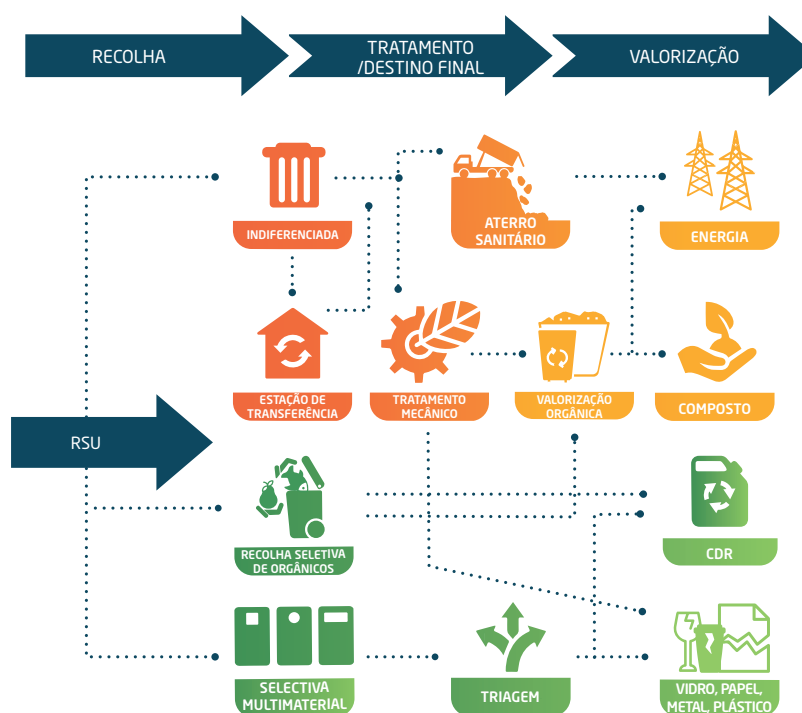


FIGURA 2 - CADEIA DE VALOR DA RESIESTRELA

A atividade da **RESIESTRELA** engloba a gestão do sistema integrado de recolha seletiva, que compreende a recolha e triagem dos materiais destinados à reciclagem, o tratamento mecânico e biológico dos resíduos urbanos recolhidos pelos municípios e o aproveitamento energético do biogás produzido no aterro sanitário.

Para o desenvolvimento da sua atividade, a **RESIESTRELA** possui as seguintes infraestruturas:

TABELA 13 - INSTALAÇÕES DA RESIESTRELA

UNIDADES	LOCALIZAÇÃO
1 unidade de triagem de resíduos	Fundão
1 unidade de tratamento mecânico e biológico (TMB)	Fundão
14 Ecocentros	Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso
9 Estações de transferência de resíduos	Almeida, Celorico da Beira, Covilhã, Guarda, Manteigas, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso
1 Aterro Sanitário com centro electroprodutor	Fundão
Sistema de recolha seletiva (Ecopontos, Porta a Porta e Ecocentros)	Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso

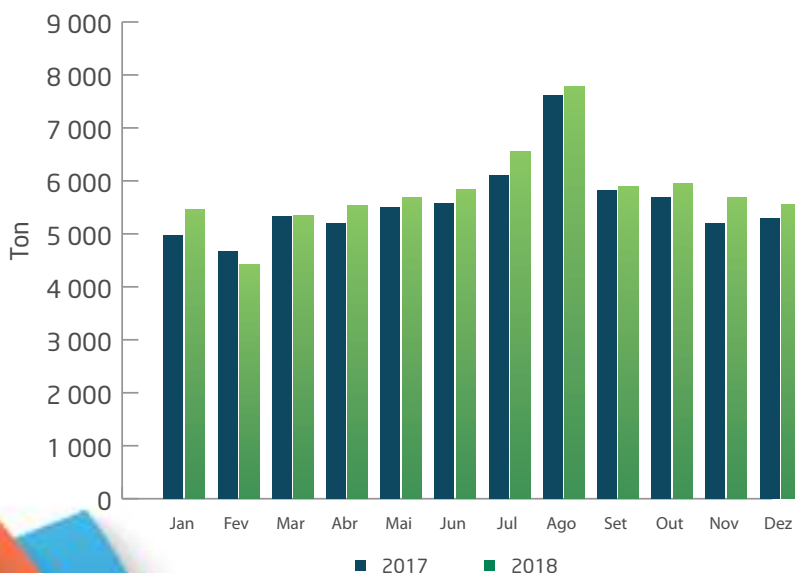
ATIVIDADE OPERACIONAL

RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS INDIFERENCIADOS DE UTILIZADORES MUNICIPAIS

Durante o ano de 2018 foram rececionadas e tratadas 69.684 toneladas de RU Municipais, correspondendo a um valor médio mensal de 5.807 toneladas e a uma capitação média de cerca de 1,022 kg/habitante.dia, tendo como base a população residente. Relativamente às quantidades rececionadas e tratadas em 2018, verificou-se um acréscimo de 3,99 %, correspondendo a mais 2.674 toneladas.

RESÍDUOS INDIFERENCIADOS DE UTILIZADORES MUNICIPAIS

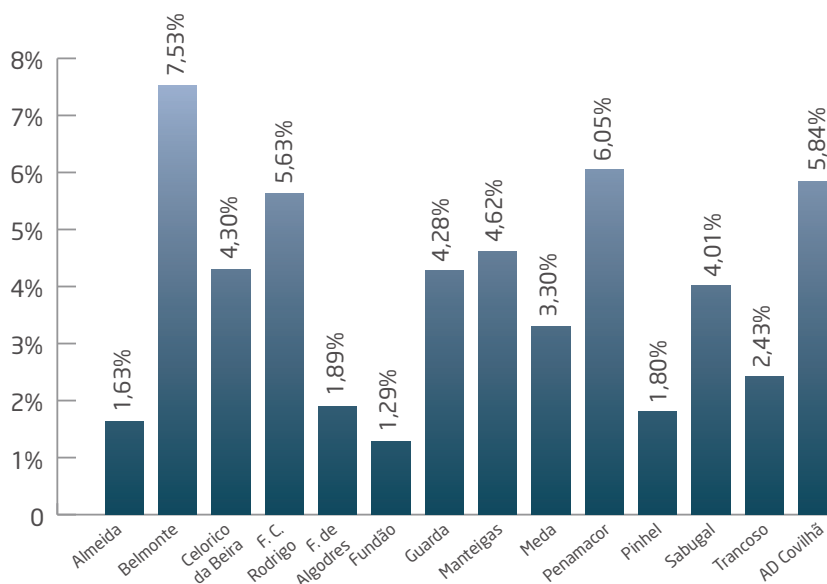
GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO MENSAL DOS RESÍDUOS INDIFERENCIADOS DE UTILIZADORES MUNICIPAIS



Considerando a variação acima referida, apresenta-se no gráfico seguinte a variação por município, face a 2017.

VARIAÇÃO 2018 FACE A 2017

**GRÁFICO 2 - RESÍDUOS INDIFERENCIADOS DE UTILIZADORES MUNICIPAIS
(VARIAÇÃO FACE A 2018)**

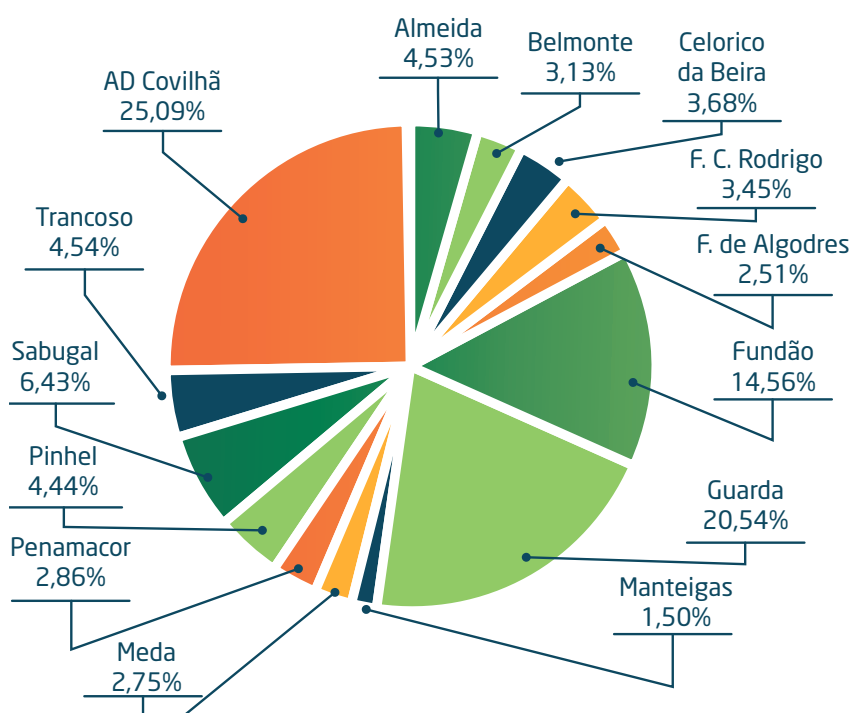


50

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição relativa dos resíduos urbanos de utilizadores municipais:

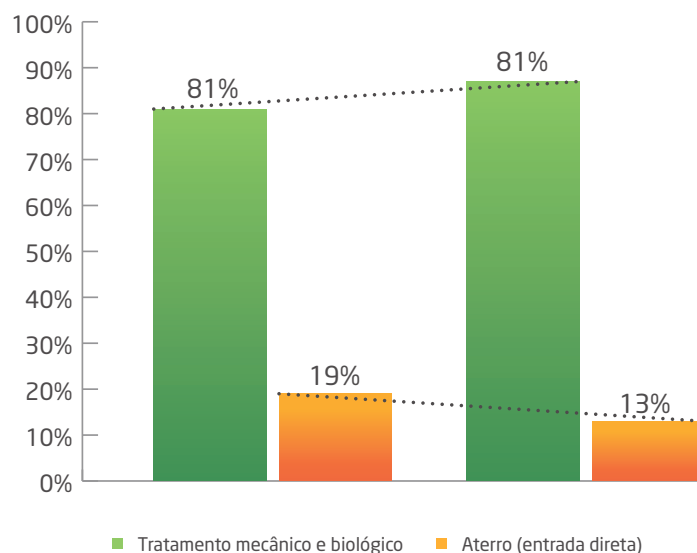
RESÍDUOS INDIFERENCIADOS DE UTILIZADORES MUNICIPAIS

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIO



Considerando como primeiro destino, os resíduos indiferenciados foram essencialmente encaminhados para o tratamento mecânico e biológico, evitando-se deste modo a deposição direta em aterro sanitário:

GRÁFICO 4 - DESTINO DOS RESÍDUOS INDIFERENCIADOS DE UTILIZADORES MUNICIPAIS



No ano de 2018 foram rececionadas e processadas na unidade de Tratamento Mecânico aproximadamente 60.355 toneladas de resíduos sólidos urbanos, tendo sido recuperadas aproximadamente 2.229 toneladas de materiais recicláveis, os quais foram entregues a retomadores licenciados.

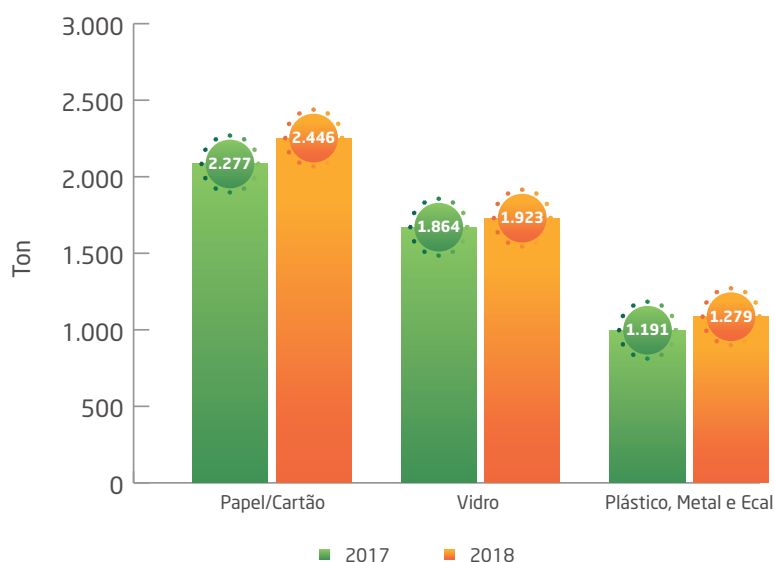
Atendendo à construção do novo Parque de Maturação de Composto, o qual só ficou concluído no final do ano, a venda de composto apenas se iniciou no final do ano, pelo que apenas foram escoadas 187 toneladas.

RECOLHA SELETIVA

Os materiais provenientes das recolhas seletivas multimaterial são encaminhados para a unidade de triagem, da qual resulta a expedição de papel/cartão, vidro e de embalagens de plástico e metal, através do contrato estabelecido com as entidades gestoras no âmbito do SIGRE.

Relativamente à recolha tri-fluxo, em 2018 foram recolhidas 5.648 toneladas de embalagem, mais 317 toneladas do que em 2017, representando um aumento de 5,94% face ao período homólogo. Este aumento poderia inclusivamente ser maior, caso não tivesse havido um atraso na aprovação das candidaturas do POSEUR.

GRÁFICO 5 - RESÍDUOS DA RECOLHA SELETIVA DE UTILIZADORES MUNICIPAIS



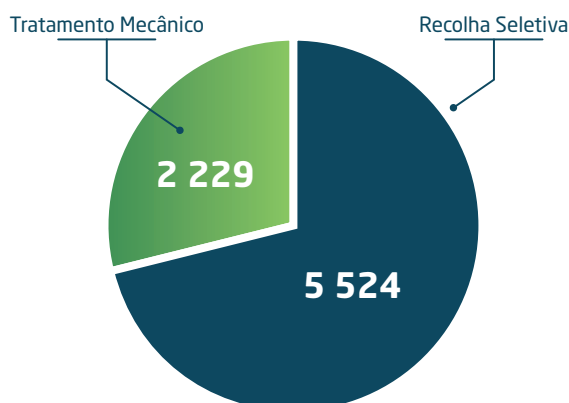
Conforme se pode constatar no gráfico acima, o aumento foi transversal em todas as fileiras.

52

RETOMAS E VENDAS

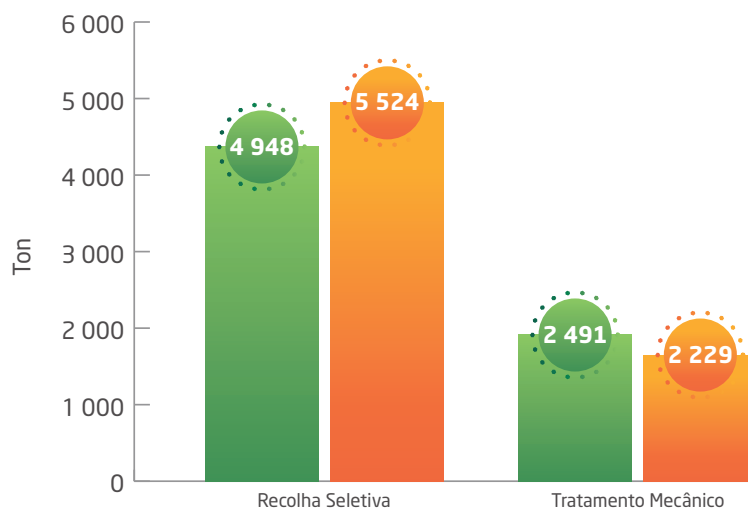
Conforme referido anteriormente, em 2018 foram recuperadas aproximadamente 2.229 toneladas de materiais recicláveis provenientes do TMB e 5.524 toneladas de materiais recicláveis.

Gráfico 6 - REENCAMINHAMENTO DE MATERIAIS



Comparando a origem dos reencaminhamentos de 2018, com o período homólogo, verifica-se uma deslocalização dos recicláveis da recolha indiferenciada para a recolha seletiva, o que indicia o esforço desenvolvido pela **RESIESTRELA** nas ações de comunicação e sensibilização. Assim, relativamente a 2017, as retomas provenientes da recolha seletiva aumentaram 11,64% e as do tratamento mecânico diminuíram 10,48 %.

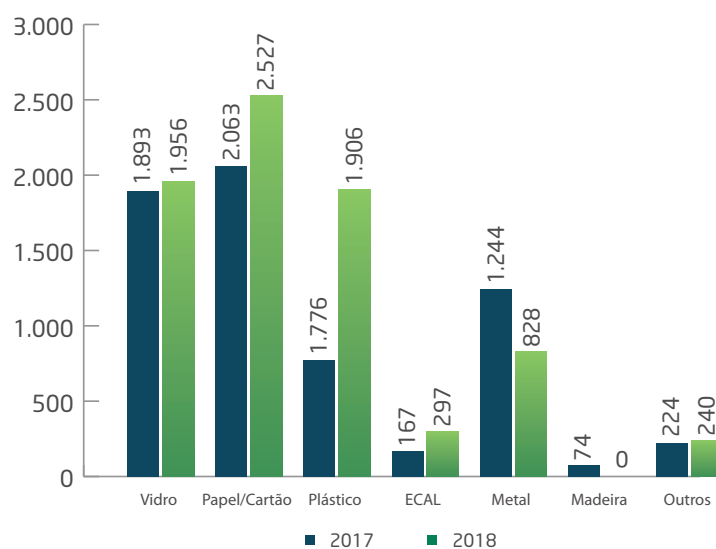
Gráfico 7 - REENCAMINHAMENTO DE MATERIAIS



Os materiais foram devidamente separados e retomados através de operadores licenciados.

53

Gráfico 8 - RETOMAS DE RECICLÁVEIS (TM + RS)

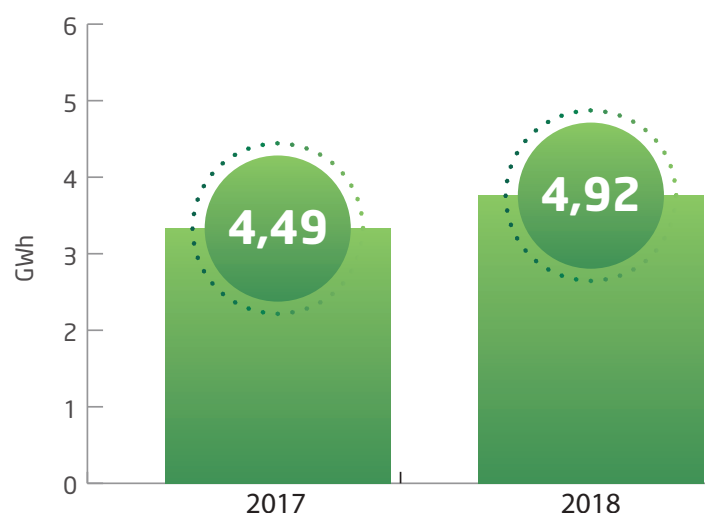


Conforme se pode constatar no gráfico acima, no geral, verifica-se um aumento das retomas de 4,23% relativamente ao período homólogo.

PRODUÇÃO DE ENERGIA

No que respeita ao sistema de valorização energética de biogás, em 2018, a produção de energia com origem em biogás de aterro foi de 4,9 GW.hora, representando um aumento de 9,62 % face ao período homólogo.

Gráfico 9 - PRODUÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DE BIOGÁS DE ATERRO



RECURSOS HUMANOS

POLÍTICA DE RH

A Gestão de Recursos Humanos na **RESIESTRELA** procura refletir a estratégia e a política de recursos humanos do Grupo EGF, adotada a nível corporativo, adaptando-a à sua realidade e ao setor de atividade em que se insere.

No plano estratégico, a **RESIESTRELA** reconhece os recursos humanos como um fator crítico de sucesso para o alcance dos objetivos definidos e o seu mais valioso ativo ao serviço da competitividade e da criação de valor duradouro.

No âmbito das práticas de Gestão de Recursos Humanos, destacam-se como principais iniciativas em 2018:

- Implementação do Modelo de Gestão de Desempenho da Mota-Engil e formação a todos os colaboradores da **RESIESTRELA**;
- Realização de um Inquérito Organizacional para avaliação do clima organizacional;
- Formação no âmbito do Projeto de implementação do novo ERP SAP nas áreas de Aprovisionamentos, Financeira e Recursos Humanos;
- Redefinição da política retributiva, com definição de mínimos de entrada para as diversas categorias operacionais e redefinição das regras de atribuição dos diversos subsídios e benefícios em vigor.

CARACTERIZAÇÃO DE RH

Evolução do número de colaboradores

A **RESIESTRELA** terminou 2018 com 75 colaboradores, o que representa um aumento de 17,19%, face aos dados registados em 2017.

Este acréscimo do quadro de pessoal, teve como objetivo reforçar as diversas áreas que viveram os anos anteriores com restrições ao nível da contratação de efetivos associadas ao Plano de Assistência Económica e Financeira do Estado Português.

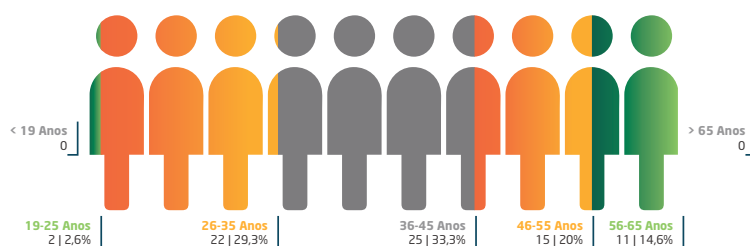
TABELA 14 - TOTAL DE COLABORADORES A 31 DEZEMBRO

Ano	
2016	65
2017	64
2018	75

Distribuição de colaboradores por idade

O quadro de pessoal da **RESIESTRELA** é relativamente jovem, situando-se 65% do seu efetivo nas faixas etárias <45 anos.

GRÁFICO 10 - ESTRUTURA ETÁRIA EM 2018



Distribuição de colaboradores por género

A **RESIESTRELA** é constituída por 88% de homens e 12% de mulheres, estando a empresa a assistir nos últimos 3 anos a um aumento gradual do número de mulheres no seu quadro.

GRÁFICO 11 - COLABORADORES DA RESIESTRELA

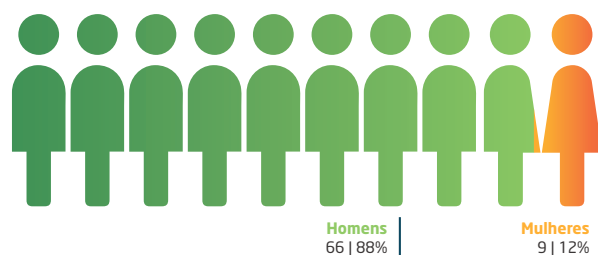
2016



2017



2018



56

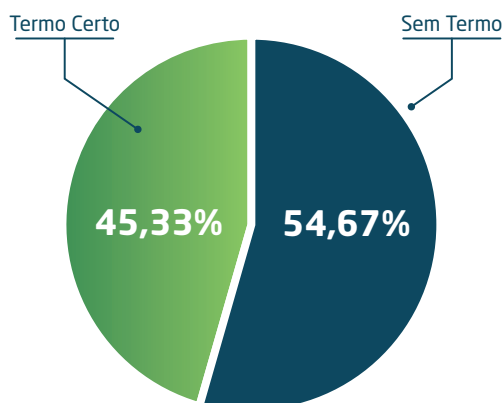
Tipo de Contrato

No que concerne à distribuição de colaboradores por tipo de vínculo contratual, esta distribuição é reflexo da política de contratação ocorrida em 2016 e 2018, para fazer face ao acréscimo de trabalho da empresa.

TABELA 15 - VÍNCULO À EMPRESA

2018	VÍNCULO		
	PERMANENTE	A TERMO	TOTAL
HOMENS	36	30	66
MULHERES	5	4	9
TOTAL	41	34	75

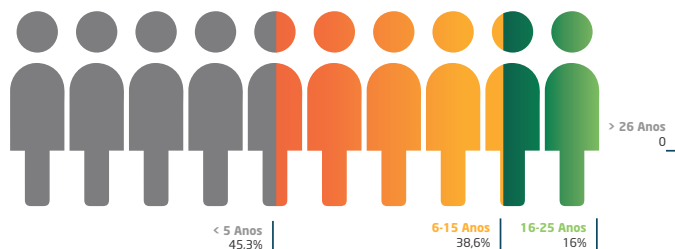
GRÁFICO 12 - SITUAÇÃO CONTRATUAL DOS COLABORADORES ATIVOS



Antiguidade

A evolução do quadro de pessoal da **RESIESTRELA**, também se evidencia quando analisamos a antiguidade, dado que, em 31 de dezembro, 45 % dos colaboradores da **RESIESTRELA** tinham uma antiguidade inferior a 5 anos.

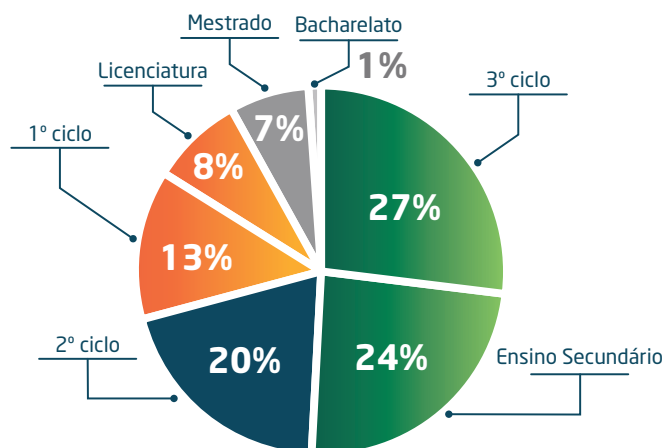
GRÁFICO 13 - ANTIGUIDADE



Habilitações

Finalmente, ao nível da escolaridade, a **RESIESTRELA** caracteriza-se por uma predominância das qualificações básicas (cerca de 60%), que naturalmente se associam ao exercício de atividades não especializadas. Salientável é o facto de termos assistido a uma diminuição de 3 pontos percentuais nos níveis de escolaridade 1.º, 2.º e 3.º Ciclo, o que nos permite concluir que a **RESIESTRELA** está a conseguir atrair colaboradores com maior escolaridade.

GRÁFICO 14 - NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

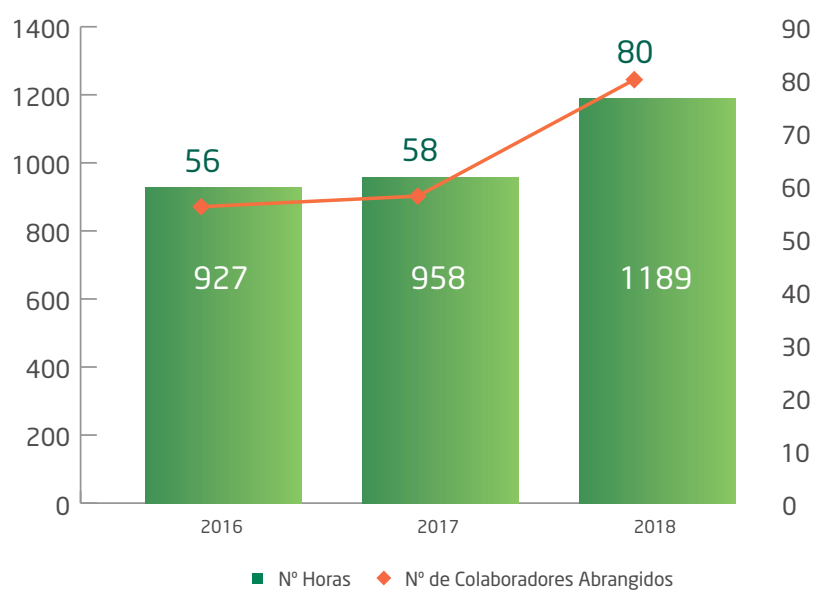


FORMAÇÃO

Durante o ano 2018, o número de horas de formação (1189), internas e externas, subiram, relativamente ao número de horas efetuadas em 2017, e abrangeram um maior número de colaboradores (80).

Em 2018, as ações de formações incidiram essencialmente nas matérias de segurança no trabalho, plataforma sucess factors e avaliação de desempenho, certificação de motoristas e novo ERP SAP.

GRÁFICO 15 - FORMAÇÃO



COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No que diz respeito à sensibilização ambiental, o ano de 2018, caracterizou-se pela consolidação de um trabalho de sensibilização que foi realizado ao longo de vários anos. E tal, só foi possível, através de uma Candidatura conjunta com as empresas EGF, denominada "Comunicação Ambiental Estratégica", financiada pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

Com esse apoio, a **RESIESTRELA** conseguiu implementar diversas campanhas de comunicação que tiveram como objetivo fomentar as boas práticas ambientais, com especial enfoque na reciclagem de resíduos. O programa vai assentar na organização de várias iniciativas junto da população, do comércio e dos estabelecimentos de ensino, destacando-se as seguintes:



ECOVALOR

O projeto Ecovalor resultou de uma iniciativa da **RESIESTRELA** cofinanciada pelo POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, integrada no programa de comunicação e inovação social da EGF - Environment Global Facilities.

O projeto teve como objetivo a realização de 181 ações de sensibilização em estabelecimentos de ensino da área de abrangência da **RESIESTRELA**, com vista a educar e sensibilizar a comunidade educativa (alunos, professores, auxiliares) à correta separação de embalagens e à utilização dos meios disponíveis para o concretizar, motivar e influenciar a comunidade educativa à participação nas atividades do Programa Ecovalor, nomeadamente no concurso de separação de embalagens, bem como educar e sensibilizar a comunidade educativa para a adoção de comportamentos adequados de prevenção e reutilização de resíduos, numa lógica de economia circular.

Entre 9 de Outubro e 22 de novembro, realizaram-se 181 ações de sensibilização, que foram desenvolvidas com o apoio de três jogos, destinados a quatro públicos-alvo distintos: o ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, 2.º / 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.



Ainda neste âmbito, o programa **ECOVALOR** contemplou uma digressão com planetários itinerantes de educação ambiental "A nossa Casa é um Planeta", onde se projetam filmes 360º dedicados às temáticas da prevenção, reutilização e reciclagem.



Foram dinamizadas 77 ações de sensibilização ambiental na comunidade escolar (alunos, professores, auxiliares e famílias) nos municípios de Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Meda, Pinhel, Trancoso e Covilhã, que tiveram como objetivo sensibilizar para a adoção de comportamentos ambientalmente corretos e alinhados com a Política dos 3 R's - Reduzir, Reutilizar e Reciclar, dando a conhecer as vantagens destes comportamentos.

COMÉRCIO A RECICLAR



A ação Comércio a Reciclar, resultou de uma iniciativa da **RESIESTRELA**, cofinanciada pelo POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, integrada no programa de comunicação e inovação social da EGF - Environment Global Facilities. Esta campanha teve como objetivo a realização de 1.111 ações de sensibilização no canal HORECA, comércio e serviços na área de abrangência da **RESIESTRELA**. As ações tiveram em vista educar, sensibilizar e promover, no canal HORECA, comércio e serviços,

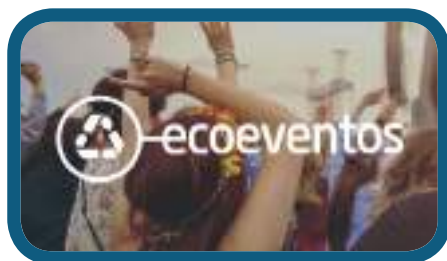
uma maior informação sobre as vantagens de adotar comportamentos ambientalmente corretos no âmbito da valorização dos resíduos urbanos, e, através do contacto direto, associado de forma concreta aos serviços de recolha seletiva, motivar a uma alteração de comportamentos que permita melhorar o desempenho ambiental nestes setores de atividade.

Entre 2 de agosto e 15 de novembro, contactaram-se 1.111 estabelecimentos nos 14 municípios abrangidos por este projeto. Destes contactos resultaram 911 novos potenciais aderentes para o serviço de recolha porta a porta de materiais recicláveis providenciado pela **RESIESTRELA**.



TABELA 16 - AÇÕES DESENVOLVIDAS NOS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS CONTACTADOS	NOVOS ADERENTES
Almeida	38	28
Belmonte	38	38
Celorico da Beira	38	32
Covilhã	269	168
Figueira de Castelo Rodrigo	47	46
Fornos de Algodres	29	27
Fundão	152	115
Guarda	233	231
Manteigas	20	20
Mêda	33	33
Penamacor	21	12
Pinhel	87	78
Sabugal	69	69
Trancoso	37	14
	1111	911



ECOEVENTOS

Estas iniciativas tiveram como principal objetivo apoiar, certificar e reconhecer as boas práticas ambientais implementadas nos festivais, festas, corridas e eventos desportivos que se realizaram em alguns municípios da área de abrangência da **RESIESTRELA**.

Em conjunto com os municípios, incentivámos os organizadores a assegurar a adequada gestão de resíduos produzidos nos recintos dos eventos, desde a sua prevenção, reutilização e reciclagem e sensibilizar os participantes a colaborar neste movimento coletivo. Para tal, a **RESIESTRELA** assegurou a recolha seletiva das embalagens, os contentores/recipientes adequados a cada local e ações de sensibilização à organização e participantes de 14 eventos, que permitiu a recolha de 15 toneladas de material para reciclagem.

Para o ano de 2019, o Gabinete de Comunicação e Sensibilização Ambiental prevê a realização de iniciativas e campanhas de sensibilização ambiental devidamente articuladas com a área da Recolha Seletiva e com a parceria dos Municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso, de forma a se alcançarem as metas definidas pela legislação em vigor.

DESEMPENHO FINANCEIRO

07

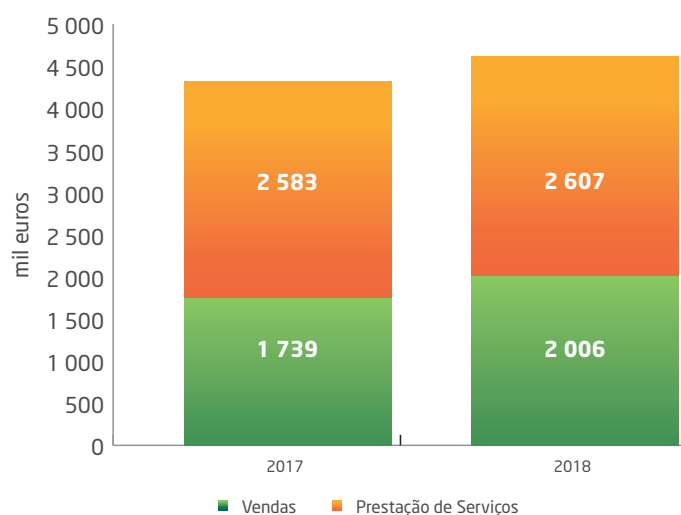


VOLUME DE NEGÓCIOS

Em 2018, o volume de negócios da **RESIESTRELA** atingiu os 4.613 mil euros.

63

Gráfico 16 - VOLUME DE NEGÓCIOS



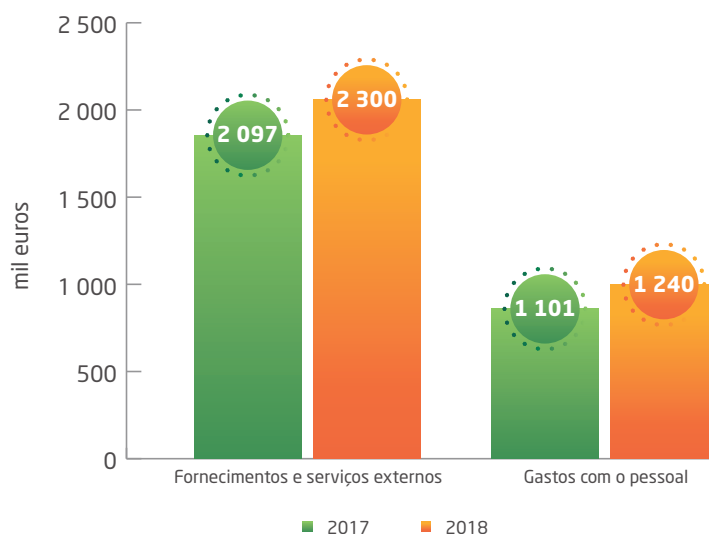
O volume de negócios da **RESIESTRELA** cresceu aproximadamente 6,73 % face ao ano anterior. O aumento das “Vendas” foi de 15,38 % e resulta de uma maior receita das retomas de produtos recicláveis (159 mil euros). Verifica-se, igualmente, um aumento de 11 % da receita associada à venda de energia, quando comparada com o período homólogo.

O valor da componente “Prestação de Serviços” manteve-se praticamente idêntica à de 2017. Adicionalmente, encontram-se registados nesta componente, os desvios tarifários relativos a 2018, no valor de (-) 312 mil euros.

GASTOS OPERACIONAIS

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos principais gastos operacionais:

Gráfico 17 - FSE E GASTOS OPERACIONAIS



Conforme estabelecido no seu PAPERSU, é objetivo da **RESIESTRELA** aumentar significativamente a atividade de recolha seletiva. Assim e após a concretização dos vários investimentos apoiados pelo POSEUR, que permitiram aumentar significativamente o número de camiões afetos ao serviço, iniciaram-se no 4.º trimestre vários novos serviços, nomeadamente associados à recolha de ecopontos e do porta-a-porta no pequeno comércio. Assim, este aumento de atividade traduziu-se num aumento natural de gastos que tiveram impacto na estrutura de custos desta empresa. Pelo acima referido e decorrente da grande aposta da **RESIESTRELA** no aumento da Recolha Seletiva, em relação a 2017, verifica-se um aumento de 9,68 % nos “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Este aumento ocorre em várias rúbricas, destacando-se os “combustíveis” que aumentaram 31% (aumento de 72 mil euros), as campanhas de comunicação e sensibilização junto à população refletidas em “Publicidade e propaganda” com um aumento de 154 % (42 mil euros) e os seguros de frota a aumentar 125% (22 mil euros).

Em sentido contrário, verifica-se uma diminuição em -7,83% nos gastos com “conservação e reparação”.

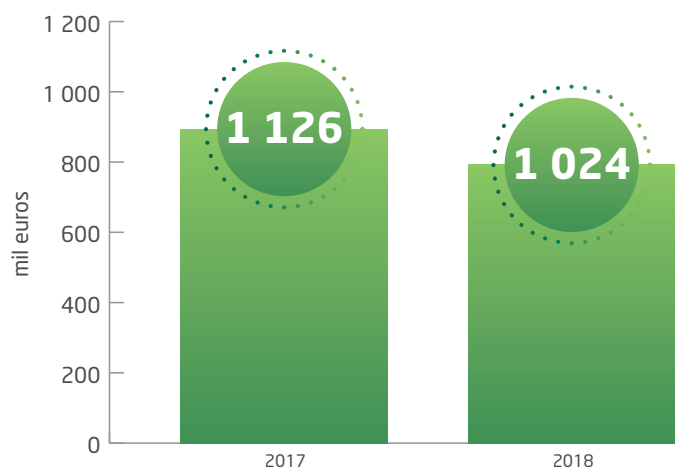
Relativamente à rúbrica de “Gastos com pessoal”, verifica-se igualmente um aumento em relação a 2017, originado pela reformulação do quadro de pessoal, com a contratação de novos colaboradores (aumento em 17,19 % do número de colaboradores face ao período homólogo).

O aumento registado nesta rúbrica, para além do impacto da contratação de novos colaboradores, refletem a nova política de gestão de recursos humanos da empresa, tendo-se registado várias reclassificações remuneratórias nos vencimentos mais baixos. Estas alterações refletiram-se nos gastos associados a esta rúbrica, tendo-se registado um aumento de 12,60 % em relação a 2017.

EBITDA

Verifica-se uma diminuição do EBITDA, essencialmente pelo aumento dos gastos incrementais decorrentes dos investimentos realizados em 2018, e que, naturalmente, ainda não tiveram o impacto pretendido do lado da receita.

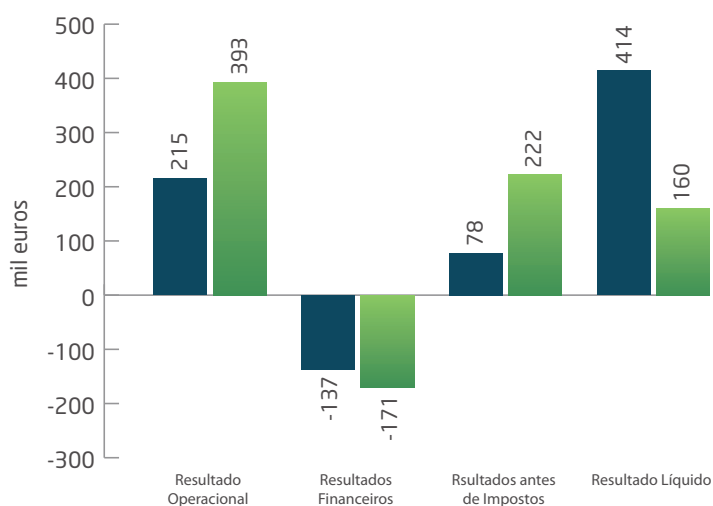
GRÁFICO 18 - EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION



65

RESULTADOS

GRÁFICO 19 - RESULTADOS

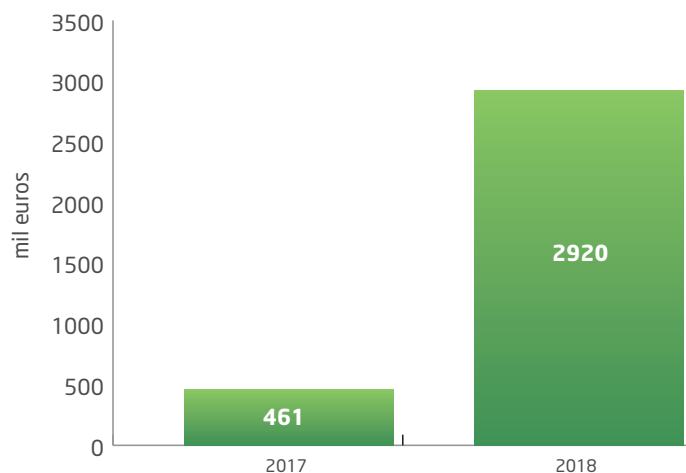


Verifica-se uma melhoria do resultado operacional da empresa, no entanto, sendo o resultado líquido penalizado pelo aumento dos custos financeiros associados à capitalização dos ajustamentos efetuados relativos às CRR2017, BAR 2016-2018 e ano de 2018.

INVESTIMENTO

Conforme referido anteriormente, o ano de 2018 foi marcado por um aumento significativo de investimentos, os quais permitirão dotar a **RESIESTRELA** de ferramentas (e.g. viaturas de recolha seletiva, ecopontos, parque de maturação) para fazer face aos desafios futuros.

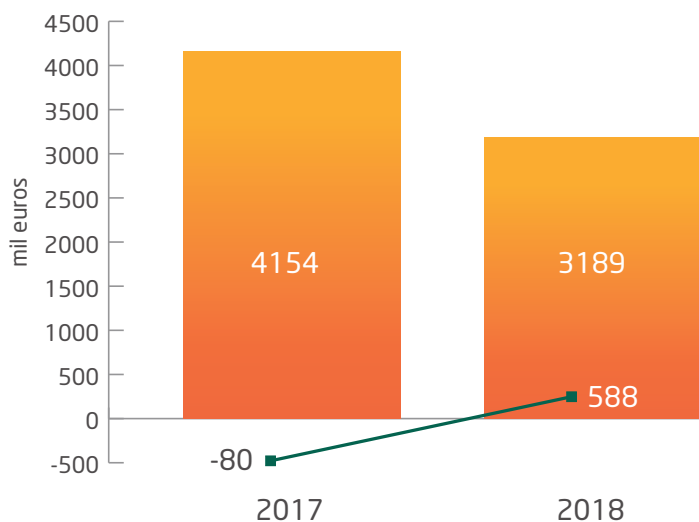
GRÁFICO 20 - INVESTIMENTO



FINANCIAMENTOS E ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Em 2018 foram contratualizados pela **RESIESTRELA** 3 novos contratos de locação financeira no montante de 227 mil euros. Apesar disso o montante global de financiamentos reduziu-se em cerca de 965 mil euros como resultados das amortizações dos financiamentos existentes.

GRÁFICO 21 - FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO



| PERSPETIVAS | PARA 2019

08



PERSPETIVAS 2019

Para o futuro, a **RESIESTRELA** dará continuidade à sua missão, cumprindo as orientações estratégicas dos acionistas e fomentando as melhores práticas no setor para o tratamento e valorização dos resíduos.

Com a entrada num novo período regulatório, CRP 19-21, a empresa terá pela frente três anos de grandes desafios, de exigência orçamental e de eficiência.

Será objetivo fundamental, a realização do ambicioso Plano de Investimentos aprovado, que permitirá adequar a capacidade da empresa tornando-a preparada para atingir as metas do PERSU 2020, já com a perspetiva das novas metas ambientais que se perspetivam no âmbito do Pacote da Economia Circular e que terão eco na Estratégia Nacional para o Sector dos Resíduos.

Igualmente, em 2019 inicia-se um novo ciclo na **RESIESTRELA** e que é o culminar de uma reorganização operacional profunda efetuada à empresa. Para fazer face aos desafios futuros, foram efetuados um conjunto de investimentos, que permitirão a concretização das ações definidas no Plano de Ação do PERSU 2020 (PAPERSU) da **RESIESTRELA**.

O aumento da rede de ecopontos e o reforço em viaturas permite uma maior flexibilidade para aumentar a recolha seletiva e com isso, cumprir as metas ambientais definidas para esta empresa. Paralelamente, foi finalizado o investimento no novo parque de maturação, que permite aumentar a capacidade de resíduos orgânicos processados e diminuir a quantidade de resíduos depositados em aterro. Este aumento de capacidade de tratamento será essencial para fazer face às novas metas previstas para 2023, onde se iniciará a recolha seletiva de orgânicos. Assim, no ano de 2019 dar-se-á o início das atividades delineadas pela **RESIESTRELA** para atingir as metas previstas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos - PERSU 2020, nomeadamente no que respeita à deposição de RUB em aterro, à preparação para reutilização e reciclagem e às retomas de recolha seletiva de resíduos.

Refira-se igualmente os enormes desafios que se perspetivam para o sector, com a publicação em 2019 do PERSU 2020+, documento este que define o que será a Estratégia Nacional para o Setor dos Resíduos, e que à semelhança do passado, a **RESIESTRELA** saberá responder.

A **RESIESTRELA** procurará sempre manter a qualidade e níveis de serviço, e cumprir os objetivos de serviço público, indo ao encontro dos clientes municipais e das populações servidas, o que será um desafio constante e continuo a que se procurará dar uma resposta adequada.

Por fim, a **RESIESTRELA** irá continuar a apostar em campanhas de sensibilização e comunicação, visando a mobilização dos cidadãos do Sistema para a melhoria do comportamento ambiental e prevenção da produção de resíduos.

FACTOS
RELEVANTES
APÓS O TERMO
DO EXERCÍCIO

09



FACTOS RELEVANTES **APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Subsequentemente a 31 de dezembro de 2018, não existem factos relevantes a reportar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

10



CONSIDERAÇÕES FINAIS

SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O ESTADO

Não existem dívidas em mora da **RESIESTRELA** ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2018 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento foi efetuado em janeiro de 2019.

72

SUCURSAIS DA SOCIEDADE

Não existem sucursais da **RESIESTRELA**.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este relatório, o Conselho de Administração não quer deixar de exprimir uma mensagem de agradecimento às entidades e pessoas que mais o apoiaram na prossecução dos objetivos estabelecidos, nomeadamente:

- Ao Ministério do Ambiente e da Transição Energética (MATE) e no âmbito do mesmo à Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- À Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, organismo desconcentrado do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, com tutela conjunta com o Ministério do Ambiente;
- Ao PO SEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos;
- Aos Acionistas Municípios e Associação de Municípios da Cova da Beira;
- Ao Acionista EGF, pelo apoio que tornou possível a boa execução dos objetivos da empresa durante o exercício decorrido;
- Ao ROC pela disponibilidade evidenciada;
- Ao Auditor Independente pela colaboração prestada;
- A todos os colaboradores da empresa que com empenho e dedicação tornaram possível a concretização dos objetivos definidos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

11



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do n.º 2 do artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade anexos ao Decreto-Lei n.º 98/2014, de 4 de julho, o Conselho de Administração da empresa propõe que o Resultado Líquido Positivo de 159.942,57€ tenha a seguinte aplicação:

74

Reserva Legal	7.997,13 €
Dividendos	79.971,29 €
Resultados Transitados	71.974,15 €

ANEXO AO RELATÓRIO

12



ANEXO AO RELATÓRIO

O quadro seguinte identifica os Acionistas da RESIESTRELA, número de ações, valor e percentagem de capital subscrito e montante de capital realizado a 31 de dezembro de 2018.

ACIONISTAS	N.º DE AÇÕES	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO €	%	CAPITAL SOCIAL REALIZADO €
C. M. Almeida	14.775	73.875,00 €	1,85%	73.875,00 €
C. M. Belmonte	13.317	66.585,00 €	1,66%	66.585,00 €
C. M. Celorico da Beira	15.568	77.840,00 €	1,95%	38 337,16 €
C. M. Figueira de Castelo Rodrigo	12.556	62.780,00 €	1,57%	62.780,00 €
C. M. Fornos de Algodres	9.874	49.370,00 €	1,23%	49.370,00 €
C. M. Fundão	55.224	276.120,00 €	6,90%	276.120,00 €
C. M. Guarda	76.870	384.350,00 €	9,61%	384.350,00 €
C. M. Manteigas	7.181	35.905,00 €	0,90%	35.905,00 €
C. M. Meda	10.944	54.720,00 €	1,37%	54.720,00 €
C. M. Penamacor	11.679	58.395,00 €	1,46%	58.395,00 €
C. M. Pinhel	19.215	96.075,00 €	2,40%	96.075,00 €
C. M. Sabugal	26.086	130.430,00 €	3,26%	130.430,00 €
C. M. Trancoso	19.101	95.505,00 €	2,39%	95.505,00 €
A. de Municípios da Cova da Beira	4.000	20.000,00 €	0,50%	20.000,00 €
Empresa Geral do Fomento, SA	503.610	2.518.050,00 €	62,95%	2.518.050,00 €
TOTAL RESIESTRELA	800.000	4.000.000,00 €	100,00%	3 960 497,16 €

O Conselho de Administração

Luis Masiello Ruiz

Presidente do Conselho de Administração

Nuno André Jesus Alves Heitor

Vogal

Marta Maria Dias Quintas Neves

Vogal

Álvaro dos Santos Amaro

Vogal

Paulo Alexandre Bernardo Fernandes

Vogal

RESIESTRELA - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos intangíveis	6	18.057.631	16.734.187
Outros ativos financeiros		3.214	1.718
Clientes	8	256.221	285.524
Ativos por impostos diferidos	11	671.750	757.125
Total do ativo não corrente		18.988.816	17.778.554
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	7	25.800	28.783
Clientes	8	1.860.596	1.702.685
Estado e outros entes públicos	12	231.667	39.699
Outros créditos a receber	9	611.209	250.608
Diferimentos	10	65.838	58.165
Caixa e depósitos bancários	4	2.601.464	4.233.199
Total do ativo corrente		5.396.574	6.313.139
Total do ativo		24.385.390	24.091.693
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	13	4.000.000	4.000.000
Reserva legal	13	303.099	282.393
Outras reservas	13	1.941.391	1.941.391
Resultados transitados	13	251.474	65.118
Outras variações no capital próprio	13	8.778.027	8.243.092
Resultado líquido do período	13	159.943	414.125
Capital próprio atribuído a acionistas da empresa-mãe		15.433.934	14.946.119
Total do capital próprio		15.433.934	14.946.119
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	15	2.962.250	3.963.450
Passivos por impostos diferidos	11	2.873.384	2.750.129
Diferimentos	10	450.003	63.585
Outras dívidas a pagar	18	-	132.886
Total do passivo não corrente		6.285.637	6.910.050
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	17	1.300.060	668.626
Estado e outros entes públicos	12	528.941	466.823
Financiamentos obtidos	15	226.970	190.184
Outras dívidas a pagar	18	519.729	463.168
Diferimentos	10	90.119	446.723
Total do passivo corrente		2.665.819	2.235.524
Total do passivo		8.951.456	9.145.574
Total do capital próprio e do passivo		24.385.390	24.091.693

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESIESTRELA - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Vendas e serviços prestados	20	4.612.904	4.321.943
Subsídios à exploração		40.292	8.750
Variação nos inventários da produção	7	(2.983)	15.350
Fornecimentos e serviços externos	21	(2.299.795)	(2.096.768)
Gastos com o pessoal	22	(1.240.258)	(1.101.476)
Imparidade de dívidas a receber	8	(24.944)	(29.636)
Provisões	14	-	12.075
Outros rendimentos	23	2.891.168	492.126
Outros gastos	24	(2.977.735)	(513.769)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		998.649	1.108.595
Gastos de depreciação e de amortização	25	(1.591.924)	(2.556.791)
Subsídio ao investimento	13	985.956	1.663.164
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		392.681	214.968
Juros e rendimentos similares obtidos	26	349	42.415
Juros e gastos similares suportados	26	(171.490)	(179.351)
Resultado antes de impostos		221.540	78.032
Impostos sobre o rendimento do período	11	(61.598)	336.093
Resultado líquido do período		159.943	414.125
Resultado por ação		0,20	0,52

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESIESTRELA - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio (Nota)	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2017		4.000.000	268.030	1.941.391	647.668	9.434.346	287.251	16.578.686
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	13	-	14.363	-	272.888	-	(287.251)	-
Distribuição de dividendos	13	-	-	-	(215.438)	-	-	(215.438)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017	13	-	-	-	-	-	414.125	414.125
Subsídios ao investimento obtidos/(reconhecidos) no exercício	13	-	-	-	-	(1.537.102)	-	(1.537.102)
Impostos diferidos referentes a subsídios reconhecidos no período	13	-	-	-	-	345.848	-	345.848
Distribuição de Resultados Transitados	13	-	-	-	(640.000)	-	-	(640.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		4.000.000	282.393	1.941.391	65.118	8.243.092	414.125	14.946.119
Saldo em 1 de janeiro de 2018		-	282.393	1.941.391	65.118	8.243.092	414.125	14.946.119
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017	13	-	20.706	-	393.419	-	(414.125)	-
Distribuição de dividendos	13	-	-	-	(207.062)	-	-	(207.062)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018	13	-	-	-	-	-	159.943	159.943
Subsídios ao investimento obtidos/(reconhecidos) no exercício	13	4.000.000	-	-	-	690.239	-	690.239
Impostos diferidos referentes a subsídios reconhecidos no período	11	0	-	-	-	(155.304)	-	(155.304)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		900.000	303.099	1.941.391	251.474	8.778.027	159.943	15.433.934

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESIESTRELA - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		5.219.183	5.658.914
Pagamentos a fornecedores		(2.824.490)	(2.592.590)
Pagamentos ao pessoal		(1.060.561)	(941.072)
Fluxos gerados pelas operações		1.334.132	2.125.252
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(36.725)	57.683
Outros recebimentos / (pagamentos)		(297.109)	(357.255)
Fluxos das atividades operacionais (1)		1.000.298	1.825.680
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		(2.522.544)	(307.078)
		(2.522.544)	(307.078)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	9	1.391.221	-
Juros e rendimentos similares		346	62.144
		1.391.567	62.144
Fluxos das atividades de investimento (2)		(1.130.977)	(244.934)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.209.665)	(187.693)
Juros e gastos similares		(103.629)	(123.648)
Dividendos	13	(187.762)	(842.281)
		(1.501.056)	(1.153.622)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(1.501.056)	(1.153.622)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(1.631.735)	427.124
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.233.199	3.806.075
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.601.464	4.233.199
Caixa e depósitos bancários no fim do exercício	4	2.601.464	4.233.199

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("RESIESTRELA, S.A.", "Concessionária" ou "Empresa") é uma sociedade anónima, constituída em 21 de julho de 2008 pelo Decreto-Lei 128/2008, com sede social em Estrada de Peroviseu - Quinta das Areias no Fundão, e tem como objetivo social exclusivo, em regime de concessão de serviço público, a exploração e a gestão do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva de resíduos urbanos, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira, integrando como utilizadores os municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, o Governo privatizou a Empresa Geral do Fomento, S.A. ("EGF"), que anteriormente permanecia como uma sub-holding da Empresa Águas de Portugal para o setor dos resíduos. A alienação do capital social da EGF à Suma Tratamento, S.A. ("Suma Tratamento", empresa detida maioritariamente pelo Grupo Mota-Engil), teve como consequência a alteração do enquadramento jurídico das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos, nas quais se inclui a Empresa, na qual a EGF é acionista maioritária. Neste quadro, o Governo reviu o regime jurídico aplicável à atuação das entidades gestoras de sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos.

Desta forma, através do Decreto-Lei 96/2014, de 25 de junho, foram aprovadas as bases da concessão da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados. Foi também aprovado um novo Regime Remuneratório, tendo sido publicado pelo regulador o RTR- Regulamento tarifário de resíduos, com um novo modelo regulatório a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2016. O contrato de concessão foi objeto de reconfiguração, com vista à adaptação do seu conteúdo às novas bases da concessão, tendo o período da respetiva concessão sido alargado até 2034.

Em abril de 2018, a Concessionária entregou ao regulador as contas reais reguladas do exercício de 2017, as quais evidenciaram um ajustamento tarifário face aos valores inicialmente aprovados e às tarifas praticadas naquele exercício. Deste modo, a Empresa refletiu nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, aquele diferencial assim como uma estimativa relativamente ao mesmo efeito referente às tarifas praticadas e apuradas para 2018. É entendimento do Conselho de Administração, que a estimativa do ajustamento tarifário relativo a 2018 pelo regulador não deverá acarretar diferenças significativas face aos montantes determinados pela Empresa.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 6 de março de 2019, contudo as mesmas ainda estão sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral. É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenhos financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e as Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e o quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF" ou "SNC".

O SNC estabelece que, sempre que as NCRF não deem resposta às necessidades dos utilizadores em termos de tratamento contabilístico de determinadas situações, estes deverão supletivamente recorrer, em primeiro lugar, às Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia ("IFRS"), de seguida, às outras IFRS ainda não adotadas pela União Europeia.

Neste contexto, é entendido como aplicável ao caso das concessões de serviço público em geral, e ao caso da Empresa em particular, a interpretação efetuada pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") relativamente a esta temática e vertida na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços ("IFRIC 12").

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2. ATIVOS INTANGÍVEIS

ATIVOS DA CONCESSÃO - IFRIC 12 - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS

Os ativos adquiridos/construídos pela Empresa, ao abrigo do contrato de concessão, são ativos afetos à concessão, correspondendo à respetiva infraestrutura concessionada.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o concedente controla (regula):

- Os serviços a serem prestados pela Concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- Quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros;
- já existentes e às quais é dado acesso ao operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, a concessão da Empresa encontra-se abrangida no âmbito desta IFRIC pelas seguintes razões:

- a Empresa possui um contrato de concessão de serviço público celebrado com o Estado Português ("Concedente") e por um período pré-definido;
- a Empresa efetua a prestação de serviços públicos mediante a utilização de infraestruturas, conforme definido em detalhe na [Nota 20];
- o concedente controla os serviços prestados e as condições em que são prestados, através do regulador ERSAR;
- os diversos ativos utilizados para a prestação dos serviços revertem para o concedente no final do contrato de concessão.

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos:

- Modelo do ativo financeiro** - quando o operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis, o operador deverá registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, a entidade concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser, em geral, legalmente vinculativo.
- Modelo do ativo intangível** - quando o operador recebe do concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da infraestrutura, deverá reconhecer um ativo intangível.
- Modelo misto** - este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Deste modo e atendendo aos termos dos contratos de concessão, nomeadamente no que se refere ao modelo remuneratório, foi entendido que as operações da Empresa são enquadráveis no modelo do ativo intangível, em virtude, essencialmente, das concessionárias terem o direito incondicional de cobrar os utilizadores e assumirem os riscos operacionais, de investimento e de financiamento da concessão.

Nesse enquadramento e em relação ao valor residual dos ativos afetos à concessão (de acordo com os contratos de concessão, a Empresa tem o direito de ser ressarcida no final da concessão com base no valor líquido contabilístico dos ativos concessionados), este foi integrado, igualmente, como uma parte do ativo intangível, sendo remunerado anualmente de acordo com o regulamento tarifário em vigor.

Atendendo ao enquadramento acima descrito, os ativos afetos à concessão (ativos intangíveis) encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Para fins de amortização dos ativos afetos à concessão, foi tido em consideração o método que reflete o modelo pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros dos ativos sejam consumidos pela Empresa. Desta forma, e atendendo ao acima descrito, a Empresa considera que o método de amortização que melhor reflete o padrão de consumo esperado dos benefícios económicos futuros do ativo intangível é a amortização em função das taxas de amortização definidas e aprovadas pelo regulador (ERSAR), por ser esta a base do seu rendimento anual, ou seja, os ativos concessionados são amortizados em conformidade com o modelo de remuneração subjacente ao Regulamento Tarifário.

Importa ainda referir que, o direito atribuído no âmbito do contrato de concessão consiste na possibilidade da Empresa cobrar tarifas em função dos custos incorridos com as infraestruturas. Assim, tendo em consideração a metodologia de apuramento de tarifas, a base de remuneração é apurada atendendo a cada item de ativo concessionado em específico, o que pressupõe a necessidade de componentização do direito. Consequentemente, considera-se que o direito é componentizável por partes distintas à medida que se vão concretizando as diversas bases de remuneração.

Desta forma, o ativo intangível vai sendo aumentado à medida que se vão concretizando as diversas infraestruturas afetas à concessão, sendo registado com base no seu custo de aquisição/construção e diminuído à medida que se vão consumindo os benefícios económicos futuros.

Relativamente aos subsídios ao investimento afetos aos ativos, estes são reconhecidos na demonstração de resultados na mesma cadência da amortização dos ativos. No âmbito do contrato de concessão em vigor enquadrável, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a RESIESTRELA, S.A. não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante (Notas 23 e 24).

3.3. LOCAÇÕES

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As locações financeiras são repartidas entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

As locações operacionais são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.4. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos, quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

Os subsídios de Governo não reembolsáveis, relacionados com a aquisição de ativos intangíveis, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, juntamente com os respetivos passivos por impostos diferidos, numa base sistemática como rendimento do exercício, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinam.

3.5. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, e para a qual é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota, nem provável.

ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de

qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Créditos a receber;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes;
- Outras dívidas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários com vencimento inferior a três meses que possam ser imediatamente mobilizáveis ou com risco insignificante de alteração de valor.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo. As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é refletida em resultados.

DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade o controlo dos ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos. O rédito é reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de energia e produtos valorizáveis é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

A tarifa encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço da venda se encontra definido.

O rédito proveniente da prestação de serviços de tratamento e valorização de resíduos urbanos é reconhecido com base nas quantidades de resíduos tratados, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento do serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O reconhecimento do rédito para as atividades concessionadas é efetuado com base na tarifa aprovada do regulador (ERSAR) determinada pelos proveitos permitidos em função da quantidade de resíduos da recolha indiferenciada.

A tarifa tem a finalidade de recuperar:

- i. A amortização dos ativos da concessão associados à atividade regulada
- ii. Retorno no valor médio contabilístico dos ativos associados à atividade regulada, de acordo com as taxas definidas pelo regulador
- iii. Os custos operacionais associados à atividade regulada.

DESVIOS TARIFÁRIOS

O regulamento tarifário, emitido pela ERSAR, define a fórmula de cálculo dos proveitos permitidos das atividades reguladas e contemplam nessa fórmula de cálculo o apuramento dos desvios tarifários que são recuperados até ao segundo ano após a data em que os mesmos são gerados, encontrando-se assim definido o período no qual estes desvios são recuperados.

Desta forma, a Empresa apura, em cada data de relato e de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSAR, os desvios apurados entre os proveitos permitidos recalculados com base em valores reais e os proveitos faturados.

Atendendo à legislação e enquadramento regulatório em vigor acima descrito, os desvios tarifários apurados pela Empresa em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, direito à sua recuperação, transmissibilidade

dos mesmos e incidência de juros) que suportam o seu reconhecimento como rédito, e como ativo, no ano em que são apurados. Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios tarifários a entregar (a pagar), os quais são configuráveis como passivos e menos rédito.

3.8. IMPARIDADE DE ATIVOS INTANGÍVEIS E ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence. Para os ativos afetos ao contrato de concessão, considera-se que os ativos pertencem à mesma única unidade geradora de caixa.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Os impostos correntes sobre o rendimento são calculados com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em

cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

3.10. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11. INVENTÁRIOS

As mercadorias, bem como as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os subprodutos, produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao seu custo de produção.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor do custo/produção é superior ao valor líquido de realização são registadas perdas por imparidade pela respetiva diferença.

As variações do exercício em "Perdas por imparidade de inventários" são registadas na demonstração dos resultados.

3.12. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição ou construção de infraestruturas são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.13. ATIVO REGULATÓRIO/PASSIVO REGULATÓRIO

Em 1 de janeiro de 2016 e tendo como referência as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, as concessionárias aferiram quanto à existência de uma responsabilidade para com o concedente ("Saldo regulatório"), sendo esta determinada tendo por referência os montantes dos acréscimos de gastos referente a amortizações acumuladas de investimento contratual por realizar, deduzido do montante de imposto diferido que lhe estava associado e do valor contábilístico líquido de amortização e subsídios do conjunto de bens e ativos que não integraram a base de ativos regulados relevante para efeito de apuramento dos proveitos permitidos. Nos casos em que aquele montante foi negativo, aquela responsabilidade, "Passivo Regulatório", foi registrada no passivo, quando positivo, foi registrado um "Ativo Regulatório, ou Direito Contratual". Subsequentemente, quando seja estimada uma variação anual de tarifas superior a 2% aos proveitos anualmente permitidos às concessionárias, o excedente àquele valor pode ser deduzido ao Passivo Regulatório, quando este exista. No final das concessões, caso ainda exista Passivo Regulatório, o correspondente montante será deduzido ao valor residual da BAR a que as concessionárias terão direito. Nos casos em que foi determinado um "Ativo Regulatório", o mesmo é amortizado ao longo do período da concessão.

Decorrente da transposição do Passivo Regulatório para as demonstrações financeiras foi apurado um diferencial, o qual foi tratado como sendo uma compensação contratual por conta dos efeitos das alterações do novo modelo regulatório e remuneratório da concessão, as quais acarretaram novas responsabilidades e obrigações para a concessionária, materializadas na assunção de novos riscos, quer ao nível operacional, como ao nível do financiamento das suas atividades, para além do respetivo impacto na sua remuneração.

90

3.14. JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contábilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anuais foram as seguintes:

- Perdas por imparidade de contas a receber;
- Registo de impostos diferidos;
- Registo de provisões;
- Registo dos efeitos do diferencial de tarifário na especialização da receita reconhecida.

3.15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.16. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto. A Empresa classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os ativos com maturidade inferior a três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende, também, os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de financiamentos obtidos.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, os recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis, se aplicável.

As atividades de financiamento abrangem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

91

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os componentes da rubrica de caixa e depósitos bancários tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Caixa	500	500
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.600.964	4.232.699
Caixa e equivalentes	2.601.464	4.233.199
Caixa e depósitos bancários	2.601.464	4.233.199

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nem foram reconhecidos erros materiais ou alterações significativas das estimativas contabilísticas relativas a exercícios anteriores.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Ativos intangíveis apresenta o seguinte movimento:

2018				
	Direito de Utilização de Infra Estruturas	Investimentos em curso	Outros ativos intangíveis	Total
ATIVO BRUTO:				
Saldo inicial	34.429.385	-	101.919	34.531.304
Transferências	1.003.711	(1.043.711)	40.000	-
Adições	1.839.280	1.081.170	-	2.920.450
Redução	-	-	(5.083)	(5.083)
Saldo final	37.272.376	37.459	136.836	37.446.671
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo inicial	(17.771.637)	-	(25.480)	(17.797.117)
Amortizações do exercício (Nota 25)	(1.563.138)	-	(28.785)	(1.591.923)
Saldo final	(19.334.775)	-	(54.265)	(19.389.040)
VALOR LÍQUIDO	17.937.601	37.459	82.571	18.057.631

2017				
	Direito de Utilização de Infra Estruturas	Investimentos em curso	Outros ativos intangíveis	Total
ATIVO BRUTO:				
Saldo inicial	33.961.192	7.462	-	33.968.654
Transferências	31.912	(31.912)	-	-
Adições	436.281	24.450	101.919	562.650
Saldo final	34.429.385	-	101.919	34.531.304
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo inicial	(15.240.326)	-	-	(15.240.326)
Amortizações do exercício (Nota 25)	(2.531.311)	-	(25.480)	(2.556.791)
Saldo final	(17.771.637)	-	(25.480)	(17.797.117)
VALOR LÍQUIDO	16.657.748	-	76.439	16.734.187

Os principais investimentos realizados no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram os seguintes:

- Construção de Parque de Tratamento Biológico - 824 mil euros;
- 3 viaturas pesadas de recolha de ecopontos com 3 caixas autocompactadoras - 507 mil euros;
- Ecopontos - 405 mil euros;
- Revolvedor - 337 mil euros;
- 3 semirreboques e 4 pisos móveis - 252 mil euros;
- 3 viaturas pesadas de recolha Porta-a-Porta - 237 mil euros;
- Equipamento ETAL - 140 mil euros;
- 2 viaturas ligeiras de recolha Porta-a-Porta - 58 mil euros;
- Selagem parcial de aterro - 40 mil euros;
- Outros equipamentos - 43 mil euros.

O valor de "Outros ativos intangíveis" corresponde a manutenções plurianuais efetuadas em 2017 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Direito contratual subjacente ao investimento realizado nos ativos que integram as infraestruturas utilizadas na prestação do serviço era conforme segue:

CLASSES	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	
	2018	2017
Aterros Sanitários	5.401.668	5.764.334
Tratamento mecânico	4.885.917	5.370.674
Valorização Orgânica e Biológica	1.408.802	282.126
Triagem e ecocentros	787.333	830.269
Transferências e Transportes	2.040.903	2.041.445
Recolha Seletiva	2.762.464	1.819.151
ETAR-ETAL	534.772	417.409
Estrutura	153.201	132.340
	17.975.060	16.657.748

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de inventários, é composta, essencialmente por embalagens provenientes do processo de recolha seletiva.

	2018	2017
PRODUTOS ACABADOS:		
Embalagens	14.833	20.283
Papel	10.250	6.576
Vidro	716	1.924
	25.800	28.783

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

	2018	2017
Saldo inicial	28.783	13.433
Saldo final	25.800	28.783
Variação dos inventários da produção	(2.983)	15.350

8. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os clientes têm a seguinte composição:

	2018			2017		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
NÃO CORRENTES:						
Clientes municipais	330.885	(74.664)	256.221	372.246	(86.722)	285.524
CORRENTES:						
Clientes municipais	1.478.904	(114.791)	1.364.113	1.415.980	(114.791)	1.301.189
Outras entidades	792.859	(296.376)	496.483	660.870	(259.374)	401.496
	2.271.763	(411.167)	1.860.596	2.076.850	(374.165)	1.702.685
	2.602.648	(485.831)	2.116.817	2.449.096	(460.887)	1.988.209

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as contas a receber de clientes incluem saldos com partes relacionadas nos montantes de 869.642 Euros e 830.867 Euros, respetivamente (Nota 19).

O movimento nas perdas por imparidade de clientes, durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi conforme segue:

	2018	2017
Saldo inicial	460.887	431.250
Reforços	37.001	42.783
Reversões	(12.057)	(13.147)
Saldo final	485.831	460.887

Em 31 de dezembro de 2018, encontra-se constituída uma perda por imparidade no montante aproximado de 263 mil Euros referentes ao valor da participação financeira devida pela Sociedade Ponto Verde - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A. ("SPV"), pelo acréscimo de custos com a triagem de determinados resíduos entregues pela Empresa para reciclagem, que aquela entidade não se reconhece como devedora. No entendimento da Empresa, existem responsabilidades legais e/ou construtivas assumidas por aquela entidade, quer com a Empresa, quer com os organismos públicos responsáveis pelo Ambiente, que vinculam a SPV no pagamento daqueles montantes, razão pela qual as concessionárias a 14 de junho de 2017 apresentaram um litígio em consórcio consolidado, no intuito de cobrar aqueles montantes. No entanto, em face do não reconhecimento da dívida por parte da SPV e pelo facto da cobrança daqueles valores não ser certa, a Empresa decidiu construir uma perda por imparidade para fazer face àqueles valores.

As perdas por imparidade em dívidas a receber reconhecidas na demonstração dos resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentavam os seguintes reforços líquidos:

	2018	2017
Perdas por imparidade de clientes	24.944	29.636
	24.944	29.636

O reforço de perdas por imparidade reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorre de valores faturados às entidades gestoras, relativos a Papel/cartão e madeira valorizados organicamente, que estas não reconhecem como devidos ou obre os quais existem divergências de cálculo.

9. CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as contas a receber têm a seguinte composição:

	2018	2017
	Corrente	Corrente
Subscritores de Capital (Notas 13 e 19)	39.503	42.693
Subsídios a receber	411.035	126.062
Devedores por acréscimo de rendimentos	91.990	19.092
Partes relacionadas (Nota 19)	19.892	51.170
Outros créditos a receber	48.789	11.591
	611.209	250.608

A rubrica de "Subsídios a receber", diz essencialmente respeito a candidaturas do PO-SEUR aprovadas durante o exercício de 2017, em que a Empresa reconheceu o montante de 126.062 Euros em 2017 e 1.676.194 Euros em 2018, relativo a investimento realizados, e que apresenta o seguinte detalhe:

	2018	2017
Subsídios a receber		
Candidatura POSEUR-03-911-FC000036	314.502	-
Candidatura POSEUR-03-911-FC000037	96.533	126.062
	411.035	126.062

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2018, foram recebidos subsídios ao investimento no montante de 1.391.221 Euros.

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de diferimentos apresenta o seguinte detalhe:

	2018	2017
ATIVO CORRENTE:		
Seguros	38.114	32.434
Combustíveis e materiais consumíveis	17.782	13.059
Outros	9.942	12.671
	65.838	58.165
	65.838	58.165
PASSIVO NÃO CORRENTE:		
Desvio tarifário de 2018 (Nota 20)	246.466	-
Desvio tarifário de 2017 (Nota 20)	-	63.585
Desvio tarifário da Base de Ativos Regulados (a)	203.537	-
	450.003	63.585
PASSIVO CORRENTE:		
Desvio tarifário de 2017 (Nota 20)	87.524	-
Desvio tarifário de 2016 (Nota 20)	-	445.475
Outros	2.595	1.248
	90.119	446.723
	540.122	510.308

(a) Este montante respeita à estimativa de desvio da base de ativos regulados entre o previsto e o realizado no período regulatório 2016-2018

Os montantes relativos a desvio tarifário, decorre entre a tarifa deliberada pela ERSAR face aos proveitos permitidos recalculados com base em valores reais e os proveitos faturados.

11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% para a matéria coletável, acrescida de derrama municipal a uma taxa que varia entre 0,5% a 1,5 % sobre o lucro tributável, resultando num intervalo da taxa de imposto agregada de, no máximo entre 21,5% e 22,50%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis do exercício que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87ºA do código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros; e
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável está condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O prazo de dedução dos prejuízos fiscais reportáveis é de cinco períodos de tributação para os gerados em 2017 e 2018 e doze períodos de tributação para os gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A dedução de prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa tinha prejuízos fiscais reportáveis, no montante de 1.421.437 Euros.

54.109 Euros gerados no decurso do referido exercício, 1.367.328 Euros gerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2018, encontram-se constituídos ativos por impostos diferidos no montante de 298.502 Euros referente a prejuízos fiscais no montante de 1.421.437 Euros.

Nos termos do artigo 88.º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de imposto sobre o rendimento tem a seguinte composição:

	2018	2017
Imposto corrente (Nota 12)	11.088	31.773
Imposto diferido reconhecido no exercício	53.326	(370.135)
(Excesso)/Insuficiência estimativa de imp. do exercício anterior	(2.817)	2.269
	61.598	(336.093)

a. Movimentos nos ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi o seguinte:

2018				
	Saldo inicial	Demonstração dos resultados	Capital próprio	Saldo final
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Perdas por imparidade de clientes	42.578	(15.549)	-	27.029
Desvio tarifário	114.539	6.405	-	120.944
Ativos intangíveis	249.854	(51.189)	-	198.665
Compensação Regulatória	31.767	(31.767)	-	-
Prejuízo fiscal reportável	290.113	8.389	-	298.502
Ativos em fim de vida	17.030	(1.002)	-	16.028
Ajustamento de transição - subsídios	11.244	(662)	-	10.582
	757.125	(85.375)	-	671.750
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Ajustamento de transição	273.395	(16.081)	-	257.314
Subsídio ao investimento	2.393.156	-	155.303	2.548.459
Subsídio de investimento futuro	66.549	(14.965)	-	51.584
Outros	17.029	(1.002)	-	16.027
	2.750.129	(32.048)	155.303	2.873.384

2017				
	Saldo inicial	Demonstração dos resultados	Capital próprio	Saldo final
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Perdas por imparidade de clientes	59.745	(17.167)	-	42.578
Desvio tarifário	-	114.539	-	114.539
Ativos intangíveis	303.314	(53.460)	-	249.854
Compensação Regulatória	33.636	(1.869)	-	31.767
Prejuízo fiscal reportável	364.058	(73.945)	-	290.113
Ativos em fim de vida	-	17.030	-	17.030
Ajustamento de transição - subsídios	11.906	(662)	-	11.244
	772.659	(15.534)	-	757.125
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Ajustamento de transição	289.478	(16.083)	-	273.395
Subsídio ao investimento	2.739.004	-	(345.848)	2.393.156
Subsídio de investimento futuro	82.646	(16.097)	-	66.549
Outros	370.518	(353.489)	-	17.029
	3.481.646	(385.669)	(345.848)	2.750.129

A dezembro de 2017, foi obtido a resposta do pedido de informação vinculativo submetido à Administração Tributária pela EGF como representante das concessionárias, relativo à dedução fiscal do desreconhecimento dos ativos não afetos à BAR, o que originou a correção do prejuízo fiscal reportável referente ao exercício de 2016, passando parte substancial dos ativos desreconhecidos na sequência da alteração do modelo regulatório, a ser recuperados no futuro através da sua amortização fiscal.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, as diferenças temporárias denominadas "Ajustamentos de transição" resultam dos ajustamentos de transição apurados, em 2009, por força da alteração do POC para os IFRS (sendo que posteriormente o grupo passou a adotar o SNC). Tais diferenças resultam, essencialmente, de acréscimos de gastos para investimento contratual realizado e de amortizações referentes a investimentos realizados, bem como do reconhecimento dos respetivos subsídios, as quais, face às disposições normativas aplicáveis, serão relevadas, para efeitos fiscais, durante o período remanescente dos contratos de concessão.

As restantes diferenças temporárias decorrem, essencialmente, do registo da especialização de amortizações para investimento contratual futuro (conforme modelo regulatório em vigor até 31 de dezembro de 2015) e do registo de subsídios ao investimento em capital próprio.

b. Reconciliação da taxa de imposto:

	2018	2017
Resultado antes de impostos	221.540	78.032
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	49.847	17.557
Diferenças permanentes		
Tributação autónoma	(2.154)	(5.347)
(Excesso)/Insuficiência de estimativa de imposto	11.088	4.186
Impactos resultantes do PIV	2.817	2.269
Imposto sobre o rendimento	-	(354.758)
	61.598	(336.093)

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC:				
Pagamentos por conta	19.824	-	-	-
Retenções na fonte	-	-	-	(12.056)
Estimativa de imposto (Nota 11)	(11.088)	-	-	31.773
Imposto sobre o Valor Acrescentado	222.931	-	39.699	-
IMP SOBRE O REND. DAS PESSOAS SINGULARES:				
Retenções de impostos sobre o rendimento	-	9.433	-	7.354
TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS (I)	-	497.032	-	421.032
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	-	22.476	-	16.851
OUTROS IMPOSTOS	-	-	-	1.868
	231.667	528.941	39.699	466.823

(i) A taxa de gestão de resíduos corresponde a valores faturados a clientes e que serão devolvidos à Agência Portuguesa do Ambiente (“APA”).

13. CAPITAL, RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e estava representado por 800.000 ações com o valor nominal de 5 Euros. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 encontravam-se por realizar 39.503 Euros e 42.693 Euros, respetivamente, relativos a capital subscrito pelo Município de Celorico da Beira.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital da Empresa era detido pelas seguintes entidades:

Acionistas	Número de ações	Montante	Percentagem de participação
EGF	503.610	2.518.050	62,95%
Município de Almeida	14.775	73.875	1,85%
Município de Belmonte	13.317	66.585	1,66%
Município de Celorico da Beira	15.568	77.840	1,95%
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	12.556	62.780	1,57%
Município de Fornos de Algodres	9.874	49.370	1,23%
Município do Fundão	55.224	276.120	6,90%
Município da Guarda	76.870	384.350	9,61%
Município de Manteigas	7.181	35.905	0,90%
Município de Meda	10.944	54.720	1,37%
Município de Penamacor	11.679	58.395	1,46%
Município de Pinhel	19.215	96.075	2,40%
Município do Sabugal	26.086	130.430	3,26%
Município de Trancoso	19.101	95.505	2,39%
Associação de Municípios da Cova da Beira	4.000	20.000	0,50%
	800.000	4.000.000	100,00%

100

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas

Estas reservas constituem-se como reservas livres, disponíveis para distribuição.

Outras variações no capital próprio

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outras variações no capital próprio” corresponde a subsídios ao investimento, os quais são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo depois reconhecidos em resultados como rendimentos em base sistemática de forma a balanceá-los com os gastos a que dizem respeito.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na rubrica de subsídios ao investimento foi a seguinte:

SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2017	12.173.350
Aumentos	126.062
Rendimentos reconhecidos	(1.663.164)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	10.636.248
Aumentos	1.677.335
Regularizações	(1.141)
Rendimentos reconhecidos	(985.956)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	11.326.486
IMPOSTO DIFERIDO (NOTA 11)	(2.548.459)
	8.778.027

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o montante a receber de subsídios relacionados com ativos ascende a 411.035 Euros e a 126.062 Euros, respetivamente (Nota 9).

101

APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

De acordo com a Assembleia Geral de Acionistas de 26 de março de 2018, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de 414.125 Euros, foi aplicado 20.706 Euros para Reservas Legais, 207.062 Euros para Distribuição de Dividendos e 186.356 Euros para Resultados Transitados.

De acordo com a Assembleia Geral de Acionistas de 30 de março de 2017, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de 287.251 Euros, foi aplicado 14.363 Euros para Reserva Legal, 215.438 Euros para Distribuição de Dividendos e 57.450 Euros para Resultados Transitados. Foi ainda deliberado pela Assembleia Geral uma distribuição de 640.000 Euros de Resultados Transitados.

14. PROVISÕES

No período findo em 31 de dezembro de 2018 não foram registadas provisões. O movimento ocorrido nas provisões do período findo em 31 de dezembro de 2017, foi o seguinte:

2017				
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Processos judiciais em curso	12.075	-	(12.075)	-
	12.075	-	(12.075)	-

Na opinião do Conselho de Administração e dos advogados da Empresa, com base na avaliação do risco que fazem dos processos judiciais e fiscais em curso, não se prevê que dessas ações venham a resultar responsabilidades de valores significativos.

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm a seguinte composição:

	2018		2017	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS:				
QREN-Empréstimo Quadro	1.021.352	178.642	1.198.066	172.264
Acionistas	1.650.000	-	2.650.000	-
Locações financeiras (Nota 16)	290.898	48.328	115.384	17.920
	2.962.250	226.970	3.963.450	190.184

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os empréstimos bancários tinham o seguinte composição:

	2018		2017		Vencimento	Taxa de juro
	Valor nominal	Valor de balanço	Valor nominal	Valor de balanço		
IFDR - QREN-EQ - 436	44.820	44.882	61.581	61.666	18/06/2021	3,901
IFDR - QREN-EQ - 231	510.958	512.347	578.888	580.447	07/06/2025	3,901
IFDR - QREN-EQ - 552	642.288	642.765	727.676	728.217	24/06/2025	3,901
	1.198.066	1.199.994	1.368.145	1.370.330		

O plano de pagamentos dos empréstimos bancários obtidos é o seguinte:

	2018	2017
Até 1 ano	176.714	170.079
Até 2 anos	183.607	176.714
Até 3 anos	181.280	183.607
Até 4 anos	178.678	181.280
Até 5 anos	185.648	178.678
Mais de 5 anos	292.139	477.787
	1.198.066	1.368.145

16. LOCAÇÕES

LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2018			2017		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Equipamento de transporte	361.636	13.498	375.134	134.980	-	134.980
	361.636	13.498	375.134	134.980	-	134.980

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades da Empresa por rendas vincendas de locação financeira vencem-se nos próximos exercícios, como segue:

	2018	2017
Até 1 ano	48.328	17.920
Entre 1 a 5 anos	201.991	74.900
Mais de 5 anos	88.907	40.484
	339.226	133.304

103

17. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Fornecedores tem a seguinte composição:

	2018	2017
	Corrente	Corrente
Fornecedores de investimento	623.376	195.727
Fornecedores gerais	289.917	253.471
Partes relacionadas (Nota 19)	386.715	168.480
Fornecedores, faturas em recepção e conferência	52	50.948
	1.300.060	668.626

O aumento verificado em 2018 resulta essencialmente dos investimentos efetuados no final do ano de 2018 cujo pagamento ocorrerá em 2019.

18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outras dívidas a pagar", tem a seguinte composição:

	2018	2017	
	Corrente	Corrente	Não corrente
Credores por acréscimos de gastos:			
Remunerações a liquidar	149.318	115.496	-
Outros	260.758	231.076	-
Partes relacionadas (Nota 19)	3.088	28.226	-
Compensação Contratual (Nota 11)	-	8.305	132.886
Outras dívidas a pagar	106.565	80.065	-
	519.729	463.168	132.886

19. PARTES RELACIONADAS

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2018							
	Vendas e prestação de serviços	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com pessoal	Juros e gastos similares suportados	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos
ACCIONISTAS:							
EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A.	-	145.739	140.484	73.888	-	-	-
Município de Almeida	110.631	-	-	-	-	57	-
Município de Belmonte	76.456	273	-	-	-	40	-
Município de Celorico da Beira	89.825	1.057	-	-	-	-	-
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	84.247	30	-	-	-	810	-
Município de Fornos de Algodres	61.238	109	-	-	-	-	-
Município do Fundão	355.776	120.212	-	-	-	6.778	346
Município da Guarda	501.924	1.001	-	-	-	342	-
Município de Manteigas	36.777	201	-	-	-	25	-
Município de Meda	67.138	66	-	-	-	137	-
Município de Penamacor	69.841	710	-	-	-	97	-
Município de Pinhel	108.608	253	-	-	-	154	-
Município do Sabugal	157.230	248	-	-	-	351	-
Município de Trancoso	110.966	-	-	-	-	78	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:							
Valnor, S.A.	-	17.040	(12.274)	-	-	-	-
Valorlis, S.A.	-	28.662	-	-	-	-	-
Suma (Matosinhos) - Serv. Urb. e Meio Ambiente, S.A.	-	3.465	-	-	-	-	-
Correia & Correia - Gestão de Resíduos	-	572	-	-	-	-	-
Largo do Paço, Lda	-	225	-	-	-	-	-
Ascendi O&M	-	10	-	-	-	-	-
MESP - Mota-Engil, Serv. Part. Admin.e de Gestão, S.A.	-	20.342	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.	-	337.128	69	-	120	-	-
Manvia - Diagnósticos Elétricos A.C.E	-	75.581	-	-	-	-	-
Scutvias-Autoestradas da Beira Interior,S.A.	-	168	-	-	-	-	-
Portvias - Portagem de Vias, S.A.	-	19	-	-	-	-	-
Mota-Engil, SGPS, S.A.	-	1.708	-	-	-	-	-
	1.830.657	754.819	128.279	73.888	120	8.869	346

2017							
	Vendas e prestação de serviços	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com pessoal	Juros e gastos similares suportados	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos
ACCIONISTAS:							
EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A.	-	125.398	72.648	74.504	1.156	-	-
Município de Almeida	135.330	-	-	-	-	110	-
Município de Belmonte	88.392	77	-	-	113	-	-
Município de Celorico da Beira	107.072	1.046	-	-	-	-	-
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	99.153	50	-	-	-	240	42
Município de Fornos de Algodres	74.723	133	-	-	-	-	37
Município do Fundão	436.677	120.000	-	-	216	4.364	9.328
Município da Guarda	598.414	-	-	-	-	450	-
Município de Manteigas	43.702	468	-	-	-	80	-
Município de Meda	80.800	70	-	-	31	80	-
Município de Penamacor	81.878	647	-	-	825	40	-
Município de Pinhel	132.636	131	-	-	135	40	-
Município do Sabugal	187.935	258	-	-	93	650	-
Município de Trancoso	134.680	-	-	-	-	80	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:							
Valnor, S.A.	-	4.878	-	-	-	-	-
Suma (Matosinhos) - Serv. Urb. e Meio Ambiente, S.A.	-	4.485	-	-	-	-	-
Correia & Correia - Gestão de Resíduos	-	310	-	-	-	-	-
Viaverde	-	2.243	-	-	-	-	-
Ascendi O&M	-	6	-	-	-	-	-
MESP - Mota-Engil, Serv. Part. Admin.e de Gestão, S.A.	-	16.588	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.	-	231.844	-	-	-	-	-
Manvia - Diagnósticos Elétricos A.C.E	-	80.428	-	-	-	-	-
	2.201.392	589.060	72.648	74.504	2.569	6.134	9.407

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2018				
	Clientes (Nota 8)	Outros créditos a receber (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)
ACIONISTAS:				
EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A.	-	-	48.580	3.000
Município de Almeida	37.515	-	-	-
Município de Belmonte	15.462	-	45	-
Município de Celorico da Beira	18.680	39.503	91	88
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	59.514	-	(233)	-
Município de Fornos de Algodres	6.858	-	(72)	-
Município do Fundão	487.159	261	60.019	-
Município da Guarda	53.479	-	813	-
Município de Manteigas	4.056	-	27	-
Município de Meda	13.475	-	5	-
Município de Penamacor	25.681	-	-	-
Município de Pinhel	33.086	-	34	-
Município do Sabugal	14.054	-	19	-
Município de Trancoso	100.624	-	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
Valorlis, S.A.	-	-	2.680	-
Valnor, S.A.	-	15.097	15.112	-
Correia & Correia - Gestão de Resíduos	-	-	142	-
Nova Beira - Gestão de Resíduos, S.A.	-	4.534	-	-
Novaflex - Técnicas do Ambiente S.A.	-	-	1.066	-
Suma (Matosinhos) - Serv. Urb. e Meio Ambiente, S.A.	-	-	985	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.	-	-	66.943	-
MESP - Mota-Engil, Serv. Part. Admin.e de Gestão, S.A.	-	-	197	-
Manvia - Diagnósticos Elétricos A.C.E	-	-	190.262	-
	869.642	59.395	386.715	3.088

2017				
	Clientes (Nota 8)	Outros créditos a receber (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)
ACIONISTAS:				
EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A.	-	-	90.813	20.120
Município de Almeida	36.089	-	-	-
Município de Belmonte	18.233	-	42	19
Município de Celorico da Beira	20.656	42.693	90	87
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	21.236	-	(233)	-
Município de Fornos de Algodres	14.964	-	(71)	-
Município do Fundão	454.155	261	19	-
Município da Guarda	59.517	-	713	-
Município de Manteigas	8.966	-	110	-
Município de Meda	14.679	-	7	-
Município de Penamacor	10.564	-	-	-
Município de Pinhel	27.026	-	46	-
Município do Sabugal	16.075	-	3	-
Município de Trancoso	13.918	-	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
Algar, S.A.	-	6.625	-	-
Valorminho, S.A.	-	6.625	-	-
Resulima, S.A.	-	6.625	-	-
Suldouro, S.A.	-	6.625	-	-
Resinorte, S.A.	-	6.625	-	-
ERSUC, S.A.	-	6.625	-	-
Valorlis, S.A.	-	-	302	-
Valnor, S.A.	-	6.625	500	-
Correia & Correia - Gestão de Resíduos	-	-	174	-
Nova Beira - Gestão de Resíduos, S.A.	-	4.534	-	-
Novaflex - Técnicas do Ambiente S.A.	-	-	1.066	-
Suma (Matosinhos) - Serv. Urb. e Meio Ambiente, S.A.	-	-	1.532	-
Viaverde Serviços, S.A.	-	-	70	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.	-	-	62.988	-
MESP - Mota-Engil, Serv. Part. Admin.e de Gestão, S.A.	-	-	4.965	7.999
Mota-Engil, SGPS, S.A.	-	-	148	-
Manvia - Diagnósticos Elétricos A.C.E	-	-	5.196	-
	716.078	93.863	168.480	28.225

20. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica vendas e serviços prestados foram:

	2018	2017
Vendas	2.006.226	1.738.797
Serviços prestados	2.606.678	2.583.145
	4.612.904	4.321.943

VENDAS

As vendas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 referem-se, essencialmente, a materiais recicláveis resultantes da recolha seletiva e do tratamento dos resíduos provenientes da recolha indiferenciada, energia e composto de verdes resultantes do processo produtivo.

Em 31 de dezembro 2018 e 2017, a rubrica Vendas detalha-se do seguinte modo:

	2018	2017
Energia	587.917	529.598
Material reciclável	1.414.739	1.206.607
Composto	3.570	2.592
	2.006.226	1.738.797

109

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 referem-se, essencialmente, ao tratamento e valorização de resíduos provenientes da recolha indiferenciada a clientes municipais.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Prestação de serviços detalha-se conforme mapa:

	2018	2017
Tratamento de resíduos a municípios	2.589.272	2.526.832
Tratamento de resíduos a particulares	17.406	56.313
	2.606.678	2.583.145

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa refletiu nas suas prestações de serviços, o diferencial do desvio tarifário negativo/positivo, decorrente da diferença entre o refletido nas contas estatutárias de 2017 (63.585 Eur) numa base de estimativa e o determinado pela ERSAR na aprovação de Contas Reguladas Reais 2017 (87.524 Eur), no montante de 23.939 Euros por contrapartida de diferimentos passivos (Nota 10). Adicionalmente, a Empresa refletiu o desvio tarifário negativo estimado de 2018, com os mesmos pressupostos, no montante de 288.150 Euros por contrapartida de diferimentos passivos (Nota10).

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Subcontratos	514.019	430.416
Energia e fluídos	486.442	397.046
Conservação e reparação	407.517	442.156
Trabalhos especializados	368.952	337.047
Vigilância e segurança	182.807	189.057
Seguros	97.832	107.424
Publicidade e Propaganda	69.918	27.576
Rendas e alugueres	69.115	94.607
Limpeza, higiene e conforto	23.243	22.649
Outros fornecimentos e serviços externos	79.950	48.791
	2.299.795	2.096.768

O aumento verificado em “Fornecimentos e serviços externos” resulta essencialmente dos gastos incrementais relativos aos novos investimentos efetuados em 2018, nomeadamente em “Subcontratos”, em “Energia e fluídos” e “Publicidade e propaganda”.

110

22. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tem a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	118.788	64.233
Remunerações do pessoal	830.595	769.963
Encargos sobre as remunerações	201.987	178.015
Seguros	27.282	25.631
Outros gastos com o pessoal	61.605	63.633
	1.240.258	1.101.476

O aumento verificado em “Remunerações dos Órgãos Sociais” traduz a alteração do Governo Societário da RESIESTRELA. Em 2017, assentava num Conselho de Administração não Executivo e num Diretor Geral, tendo sido alterado em 2018, figurando um Administrador Executivo em vez de um Diretor Geral, existindo desta forma uma alteração da natureza do custo de “Remunerações do Pessoal” para “Remunerações dos Órgãos Sociais”.

O aumento de gastos com “Remunerações do Pessoal” reflete, as contratações efetuadas no âmbito dos novos investimentos realizados em 2018, os aumentos decorrentes da alteração do salário mínimo nacional e os ajustamentos necessários dos salários às condições de mercado de trabalho.”

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa teve, em média, 66 e 63 trabalhadores ao seu serviço, respectivamente. Salienta-se o aumento de contratações no final do ano de 2018, para fazer face aos novos investimentos, em que, quando comparado com o período homólogo, passou de 64 para 75 colaboradores.

23. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros rendimentos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tem a seguinte composição:

	2018	2017
Rendimentos suplementares	3.320	9.162
Reconhecimento do rend. Assoc. à alteração do modelo remuneratório	-	8.305
Indemnizações associadas a sinistros	-	4.520
Juros de mora	7.395	9.407
Rendimentos de Construção em Direito de Utilização de Infraestruturas	2.880.451	460.731
Outros rendimentos e ganhos	2	-
	2.891.168	492.126

24. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tem a seguinte composição:

	2018	2017
Impostos	94.190	52.936
Gastos de Construção em Direito de Utilização de Infraestruturas	2.880.451	460.731
Indemnizações	335	-
Donativos	2.273	-
Outros gastos e perdas	486	102
	2.977.735	513.769

25. GASTOS DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica, tem a seguinte composição:

	2018	2017
Ativos intangíveis (Nota 6)	1.591.924	2.556.791
	1.591.924	2.556.791

26. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e gastos similares suportados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Juros suportados	156.865	165.922
Comissões bancárias	4.038	-
Outros gastos e perdas financeiros	10.587	13.429
	171.490	179.351

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos 31 de dezembro de 2018 e 2017 tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Juros obtidos de aplicações financeiras	-	38.051
Outros	349	4.364
	349	42.415

27. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa tinha solicitado a prestação de garantias a favor de terceiros, conforme quadro abaixo:

	2018	2017
Garantias bancárias financeiras	285.534	285.534
	285.534	285.534

O detalhe destas garantias apresenta-se de seguida:

Beneficiário	Montante	Banco	Natureza
GARANTIAS BANCÁRIAS FINANCEIRAS:			
Estado Português	285.534	Millennium BCP	Garantia de cumprimento do Contrato de Concessão
	285.534		

28. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	159.943	414.125
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	800.000	800.000
Resultado líquido por ação básico e diluído	0,20	0,52

29. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Empresa encontra-se exposto, essencialmente, aos seguintes riscos de financeiros:

29.1 RISCO DE TAXA DE JURO

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

29.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Para reduzir este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados. No entendimento do Conselho de Administração, tendo em consideração as principais projeções de *cash-flow* para 2018 e a estrutura e tipologia dos seus ativos, a Empresa não antevê dificuldades em liquidar a suas responsabilidades financeiras correntes.

29.3 RISCO REGULATÓRIO

Os ganhos registados em cada exercício pela Empresa resultam essencialmente dos pressupostos considerado pelo regulador ERSAR, na definição das tarifas reguladas para o setor do tratamento e gestão de resíduos e de eventuais ajustamentos/desvios tarifários a apurar.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da ERSAR. Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigoº 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização, no sector dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expetativa que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

Durante o ano de 2014, em concretização do novo poder regulamentar da ERSAR, o RTR - regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, deliberação n.º 928/2014, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril. Este regulamento produziu efeitos em 1 de janeiro de 2016, e acarretou uma alteração do modelo regulatório em vigor, passando-se de um modelo de custo de serviço (*cost plus*) para um modelo de proveitos permitidos (*revenue cap*), o qual remunera uma base de ativos ao custo de capital e permite a recuperação dos gastos operacionais num cenário de eficiência produtiva.

Entre 2016 e 2017 foram aprovados três Documentos Complementares a este Regulamento, nomeadamente: (a) Regulamento n.º 817/2016, de 18 de Agosto -modelo de contas reguladas previsionais (b) O 2º Documento Complementar ao RTR viria a ser publicado em 19 de abril, com o Regulamento n.º 202/2017 - com o reporte das

contas reguladas reais e movimentos de reconciliação, individuais e cumulativos, entre a demonstração de resultados regulada e a demonstração de resultados estatutária; (c) O 3º Documento Complementar ao RTR foi publicado na mesma data (Regulamento n.º 201/2017) e definiu regras relativas à incorporação nos proveitos permitidos de eventuais mais-valias decorrentes da alienação de ativos referentes a atividades não reguladas.

Já durante 2018, foi publicado pela ERSAR uma Revisão do RTR, Regulamento 52/2018 de 23 de janeiro, no qual, face à experiência do primeiro período regulatório se procurou introduzir alguns ajustamentos ao RTR tendo em vista a simplificação, flexibilização e clarificação de algumas das suas disposições. A revisão ao RTR veio exigir a revisão e adaptação também dos modelos de reporte, assim, ainda em 2018 foram aprovados e revistos dois dos Documentos Complementares, a saber:

(a) Regulamento n.º 222/2018, publicado em Diário da República de 13 de abril (1º Documento Complementar) com o objetivo de clarificar e adaptar ao novo RTR conceitos relacionados com a apresentação das Contas Reguladas Previsionais sendo revogado o anterior Documento complementar 1, Regulamento n.º 817/2016, de 18 de agosto.

(b) Regulamento n.º 395/2018 publicado em Diário da República de 29 de junho (3º Documento Complementar) onde se consagraram mecanismos que premeiam bons desempenhos com o objetivo de majorar mais valias ambientais e económicas.

114

30. INFORMAÇÃO SOBRE OS CONTRATOS DE CONCESSÃO

A concessão em regime exclusivo por um período de 19 anos, com termo em 2034, da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de tratamento e de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira em regime de serviço público, foi atribuída à RESIESTRELA, S.A. através da celebração de um contrato de concessão entre o Estado Português e a Águas do Zêzere e Côa, S.A., em 7 de julho de 2003, assumindo a RESIESTRELA, S.A. esse contrato por trespasse, em 1 de janeiro de 2009, configurado em 30 de setembro de 2015.

A atividade objeto da concessão compreende o tratamento dos resíduos urbanos gerados nas áreas dos municípios utilizadores, incluindo a sua valorização e a disponibilização de subprodutos, assim como a recolha seletiva de resíduos urbanos, encontrando-se os municípios obrigados a entregar à Empresa todos os resíduos urbanos cuja gestão se encontre sob sua responsabilidade.

A fiscalização da concessão é da competência da ERSAR, tendo esta a competência na definição dos proveitos permitidos e consequentemente das tarifas a aplicar, assim como na aprovação das Contas Reguladas e nos planos de investimento da Empresa.

A exploração e a gestão, anteriormente referida, compreende também a conceção, a construção, a aquisição, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a otimização de obras e equipamentos necessários ao exercício da atividade da Empresa.

As bases da concessão definem que a Empresa terá como atividade principal, a atividade relativa à exploração e à gestão do sistema multimunicipal de resíduos urbanos, compreendendo o tratamento de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada e a recolha seletiva de resíduos urbanos, incluindo a triagem, e como atividades complementares, as atividades que, não se integrando na atividade principal, utilizam ativos afetos a esta, permitindo otimizar a respetiva rentabilidade.

O exercício de atividades complementares depende de autorização do concedente, precedida de pareceres da Autoridade da Concorrência e da ERSAR.

Consideram-se como bens afetos à concessão:

- As infraestruturas relativas ao tratamento e valorização de resíduos urbanos indiferenciados e seletivos, bem como os bens utilizados na recolha seletiva de resíduos urbanos: as estações de transferência, os ecocentros, as centrais de processamento, triagem e valorização e os respetivos acessos, as infraestruturas associadas, os aterros, os ecopontos e os meios de transporte de resíduos
- Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao acompanhamento e controlo da sua exploração;
- Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a receção e tratamento dos resíduos e para a manutenção dos equipamentos e gestão do sistema multimunicipal não referidos acima;
- Os equipamentos, máquinas, veículos, aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a recolha seletiva de resíduos urbanos.

Adicionalmente, são também considerados como ativos afetos à concessão:

- Os imóveis adquiridos por via do direito privado ou mediante expropriação para implantação das infraestruturas;
- Os direitos privativos de propriedade intelectual e industrial de que a Empresa seja titular;
- Outros bens e direitos que se encontrem relacionados com a continuidade da exploração da concessão, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação e de prestação de serviços.

A Empresa deve elaborar e manter o inventário dos bens e direitos afetos à concessão, devendo, anualmente, enviar à ERSAR informação detalhada sobre os mesmos, assim como dos abates efetuados.

A Empresa tem a obrigação de, durante o prazo de vigência da concessão, manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a ela afetos, efetuando todas as reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

A Empresa mantém o direito de explorar os ativos afetos à concessão até à extinção desta. Os ativos afetos à concessão apenas podem ser utilizados para o fim previsto na concessão. Na data da extinção da concessão, os bens a ela afetos reverterem para uma Entidade Intermunicipal, Associação de municípios, o conjunto dos Municípios utilizadores, ou o Estado, mediante o exercício do respetivo direito de opção e o pagamento à concessionária, nos termos previstos nas Bases e no contrato de concessão, de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens.

O regime remuneratório da concessão baseia-se no reconhecimento à Empresa dos proveitos permitidos, a serem refletidos nas tarifas a aplicar aos utilizadores do sistema. A Empresa é responsável pelos riscos inerentes à concessão nos termos da legislação aplicável, assumindo os respetivos riscos operacionais. A Empresa é responsável pela obtenção do financiamento necessário ao desenvolvimento do objeto da concessão, por forma a cumprir cabal e atempadamente as obrigações assumidas no contrato de concessão, assumindo os respetivos riscos de investimento e de financiamento.

Os proveitos permitidos anualmente à Empresa, no âmbito da atividade concessionada, são definidos pela ERSAR para um horizonte temporal de três a cinco anos ("Período regulatório"). O modelo regulatório é fixado pela ERSAR e assenta, entre outros, nos seguintes pressupostos:

- Elegibilidade dos custos de exploração, para efeitos de determinação dos proveitos permitidos, por referência a um cenário de eficiência produtiva da exploração e gestão do sistema multimunicipal;
- Remuneração do capital com base no custo médio ponderado, com parâmetros definidos em referência a valores de mercado e ao desempenho de entidades representativas comparáveis;
- Definição de uma base de ativos, constituída pelos bens afetos à concessão, como incidência da remuneração do capital;
- Adoção de mecanismos de incentivo à eficiência;
- Repercussão adequada nos proveitos permitidos das diferenças registadas entre as quantidades estimadas e as quantidades de resíduos urbanos entregues à Empresa.

Adicionalmente, a definição da base de custos de exploração deve atender ao seu controlo efetivo pela Empresa, às tecnologias e capacidades instaladas, bem como às oscilações da procura.

Assim, as tarifas a aplicar aos utilizadores devem proporcionar à Empresa os proveitos permitidos nos termos das bases anteriores e correspondem ao resultado da divisão dos proveitos permitidos anualmente à Empresa pelas quantidades estimadas de consumo para esse ano.

O contrato de concessão em vigor, permite um equilíbrio contratual nas condições de uma gestão eficiente, promovendo um investimento mais racional e uma maior eficiência operacional, através do reconhecimento dos custos de investimento, de operação e manutenção e na adequada remuneração dos ativos afetos à concessão, a serem refletidos nas tarifas aplicáveis à Empresa, as quais permitirão recuperar os custos de exploração e obter uma determinada remuneração sobre os ativos.

A concessão pode ser extinta por acordo entre as partes, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo. A extinção da concessão opera a transmissão para os Municípios ou para o Estado dos bens e meios a ela afetos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido pelo concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações da concessão: desvio do objeto da concessão; interrupção prolongada da exploração por facto imputável à Empresa; oposição reiterada ao exercício da fiscalização ou repetida desobediência às determinações do concedente ou, ainda, sistemática inobservância das leis e regulamentos aplicáveis à exploração; recusa em proceder à adequada conservação e reparação das infraestruturas; cobrança reiterada de valores superiores aos fixados nos contratos de concessão e nos contratos celebrados com os utilizadores; dissolução ou insolvência da Empresa; trespasses da concessão ou subconcessão não autorizadas; alienação não autorizada de participações no capital da Empresa; oneração de participações no capital da Empresa em inobservância do disposto no contrato de concessão; aumento ou redução não autorizados, quando aplicável, do capital social da Empresa; falta de prestação da caução ou de renovação do respetivo valor nos termos e prazos previstos; e recusa ou impossibilidade da Empresa em retomar a concessão.

O concedente pode resgatar a concessão, assumindo a gestão direta do serviço público concedido, sempre que motivos de interesse público o justifiquem e decorrido que seja pelo menos dois terços do prazo contratual, mediante aviso prévio feito à Empresa, por carta registada com aviso de receção, com, pelo menos, um ano de antecedência relativamente à data de produção de efeitos do resgate.

Pelo resgate, a Empresa tem direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos, do valor dos créditos existentes, bem como ao valor de eventuais lucros cessantes, tendo em consideração o número de anos que restem para o termo da concessão.

31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇOS

Subsequentemente a 31 de dezembro de 2018, não existem factos relevantes a reportar.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Resiestrela – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 24.385.390 euros e um total de capital próprio de 15.433.934 euros, incluindo um resultado líquido de 159.943 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Resiestrela – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

Procedimentos de Auditoria de Associação - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: António Sottomayor, Rua Sousa Martins, n.º 34, 1050-200 Lisboa, Portugal
Recção: António Sottomayor, Avenida Jónes Pereira de Melo, n.º 60, 1050-721 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 000, email: pwc.pt
Adm. inscrita na NRC sob o N.º 150 828 752, Capital Social Euro 214.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 149 e no CRRM sob o n.º 2017485

Procedimentos de Auditoria de Associação - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. 2018/2019 - 2019/2020 de auditoria que não representa a PwC e não é independente

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinúe as suas atividades.

↓

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os entes regidos da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Devido cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

14 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hugo Miguel Patrício Dias, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Resiestrela – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (a Entidade) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Entidade e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorizatórios adotados são adequados;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Entidade evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, sobre o parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Priscilla Mariana Quares e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sá da Bandeira, 7 - 3.º, 1050-316 Lisboa, Portugal
Núcleo: António Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, 1116, 1050-181 Lisboa, Portugal
Tel +351 223 599 800, Fax +351 213 590 099, www.pwc.pt
Inscrita no CRC sob o N.º 606 626 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e 1.ª CMVM sob o n.º 20101463

Priscilla Mariana Quares e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
24 h www.pwc.pt info@pwc.pt auditoria@pwc.pt contas@pwc.pt

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Entidade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

14 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda,
representada por:



Hugo Miguel Patrício Dias, R.O.C.



Estrada de Peroviseu Quinta das Areias
Apartado 1064 Alcaria
6230-022 - Alcaria - Fundão
275 779 330 (tel) | 275 779 339 (fax)

www.resiestrela.pt